



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1.196/2013	DATA: 21/8/2013	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 17h58min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALOÍZIO MERCADANTE - Ministro de Estado da Educação.

SUMÁRIO

Debater propostas para reformulação do ensino médio.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer-lhes pela presença.

Convido para sentar-se à mesa conosco o Sr. Aloizio Mercadante, Ministro da Educação. (*Palmas.*) Convido também o nosso Relator, Deputado Wilson Filho.

É com muita alegria que nós recebemos o nosso Ministro, a quem quero agradecer a presença.

Há mais ou menos 1 ano estamos trabalhando na Comissão Especial para debater propostas para reforma do nosso ensino médio. Estamos em uma etapa de seminários nos Estados e planejamos, até o início de outubro, encerrar os nossos trabalhos.

Portanto, estamos todos muito ansiosos pela sua presença aqui na Comissão para dar uma bela contribuição a este debate e também para traçar as nossas diretrizes para os próximos dias e próximo mês.

Quero agradecer a V.Exa. e passar-lhe a palavra pelo tempo que for necessário. Logo depois, abriremos para a participação dos Deputados.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Boa tarde a todos e a todas. É um imenso prazer estar aqui, retornando à Comissão de Educação, a esta Subcomissão, que vem fazendo um trabalho já longo e aprofundado sobre políticas educacionais para o ensino médio.

Quero, inicialmente, saudar o Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, e o Deputado Wilson Filho, dois Deputados jovens, muito dedicados à causa da educação. E quero saudar todos os demais Parlamentares presentes.

Antes de fazer a apresentação — depois vou falar qual é o projeto que nós vamos utilizar —, trouxe alguns *kits* de ciências que estamos produzindo para os estudantes do ensino médio, para estimular a curiosidade e o interesse pelas ciências. Esse conjunto de equipamentos para estimular as pesquisas dos jovens foi produzido sob a coordenação geral do Prof. Moyses Nussenzveig, que todos conhecem, um professor de grande fama internacional, de grande excelência — na última vez que nós estivemos nos Estados Unidos, ele era pesquisador em Harvard e esteve conosco lá no MIT —, e pelas Profas. Mayana Zatz, Eliana Dessen, Profs. Henrique Toma, Eduardo Colli, Carlos de Brito Cruz. O coordenador da parte 1 é o Prof. Vanderlei Bagnato e a coordenadora da parte 2 é a Profa. Beatriz Barbuy.



Portanto, são pesquisadores de alto nível, é uma equipe bastante ampla, que trabalhou o desenvolvimento desses *kits* para Física, Química, Biologia e Astronomia. Esse material que nós vamos usar chama-se *Aventuras na Ciência*, para estimular os jovens a trabalhar e produzir.

Quero também destacar aqui as presenças de Luiz Cláudio Costa, nosso Presidente do INEP, que faz um excelente trabalho; do nosso Secretário da Educação Básica, Romeu Caputo, que tem feito um esforço fantástico para desenvolver parceria com os Estados e Municípios; e da Nilene, nossa Coordenadora do CONSED, Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul.

Vou iniciar a minha apresentação. Trouxe uma apresentação organizada e espero que a gente possa aprofundar a discussão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou começar rapidamente falando da educação infantil, mostrando o conjunto das políticas, para depois chegar ao ensino médio, porque uma das dificuldades que nós temos no ensino médio é exatamente saber de onde eles partiram. Então, nós estamos buscando, na fase anterior ao ensino médio, avançar na qualidade do ensino, na inclusão, para superarmos essa condição.

Nós temos na educação infantil 7 milhões, 295 mil e 512 crianças; as nossas prioridades são a construção de creches e pré-escolas, o Brasil Carinhoso, e agora a atualização da LDB, que passa a exigir a obrigatoriedade de os alunos estarem na escola infantil desde os 4 anos de idade, a partir de 2016. Esse é um esforço muito grande que nós estamos fazendo, em parceria com as Prefeituras, para dar conta desse desafio.

Chegamos a 23,6% das crianças nas creches em 2010 e 80% das crianças na pré-escola, 4, 5 anos. Nós precisamos agora avançar para chegar a 50% na década e concluirmos o que falta de acesso, para até 2016 termos 100% das crianças com mais de 4 anos.

Estamos antecipando o repasse do FUNDEB, aumentamos 66,7% o valor da merenda escolar; aumentamos em 50% o valor do FUNDEB, quando a criança é do Bolsa Família, e estamos desenvolvendo novos métodos construtivos — já falo disso



— para acelerar a construção de creches e a obrigatoriedade da matrícula, que era para 7 anos, depois 6, agora será 4.

Nós entregamos 1.129 creches; em funcionamento, 774; esta está toda em processo de inauguração, no segundo semestre; em construção, 2.673; 688 com mais de 80%; 1.853 até 80% da execução; 1.790 em planejamento e licitação; 93 canceladas. Total de 5.685, e estamos contratando agora mais 3 mil creches.

Porém, nós encontramos uma dificuldade: 6 meses para licitar, 1 ano e meio para construir. O que nós fizemos foi mudar o método construtivo. Nós fizemos um amplo trabalho de pesquisa, desenvolvemos três novos métodos construtivos. Um com fibra de vidro que constrói plataforma de petróleo; outro com uma estrutura de PVC que é moldada como Lego e se concretam as placas como se fossem baldrames, no local da obra; e o outro é uma estrutura metálica com polímero.

Nós vamos entregar as novas creches que estão sendo contratadas por um pregão eletrônico. De 5 a 7 meses, a empresa tem a obrigação de entregar a creche pronta. Como ela adere ao pregão eletrônico, não há necessidade de licitação, e ganhamos um tempo extraordinário.

A outra boa notícia é que todo o material é certificado pelo INMETRO, pela Fundação Falcão Bauer, e nós temos uma redução de custo de 20% a 24%, na tabela SINAPI, do TCU. Portanto, é uma mudança extraordinária de custo, de velocidade, assegurando a qualidade, ganhando escala e eficiência para podermos entregar 6 mil creches até 2014, que é o nosso desafio.

O segundo grande projeto em andamento é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Eu quero falar deste Pacto, porque nós vamos tratar de um modelo semelhante na questão do ensino médio. Nós fizemos um acordo com as 27 Secretarias de Estado — agradeço ao CONSED, na pessoa da Nilene —, um acordo com mais de 95% das Prefeituras para um programa em que nós estamos dando uma bolsa de estudos aos estudantes. Nós temos, neste Pacto, 7 milhões, 980 mil crianças e 358 mil professores.

O objetivo é alfabetizar todas as crianças até 8 anos. Eu insisto no até porque é evidente que quem tiver condições de fazer antes deve fazê-lo. O Pacto não restringe o esforço que uma rede possa ter de alfabetização anterior a 8 anos. Mas por que 8 anos? Porque hoje 15,2% das crianças do Brasil não são alfabetizadas até



8 anos. Nós temos Estados, como estão vendo Alagoas, em que 35% das crianças não são alfabetizadas até 8 anos de idade. Vejam a situação do Pará, Maranhão e vários outros Estados da Federação, nós temos um imenso desafio. Então, até 8 anos.

Para poder chegar a isso, nós fizemos o seguinte: estamos dando bolsa para 308 mil professores, 16 mil 815 orientadores; 38 universidades federais estão participando desse esforço; todos os Estados estão participando; o sistema de acompanhamento é todo informatizado, monitoramento e a gestão desse programa; eles recebem curso de 200 horas para formação dos professores; toda a produção do livro didático está pronta — temos 60 milhões de *kits*, 1ª, 2ª e 3ª séries.

Ao final do ano, agora, vamos fazer a primeira avaliação para saber se as crianças com 8 anos de idade aprenderam a ler, a escrever e a interpretar um texto. Faremos isso, no ano que vem, com as crianças de 7 e 8 anos de idade. Este ano, será com as crianças de 8 anos de idade. É uma avaliação externa, e nós vamos ter a exata dimensão da dificuldade. É uma avaliação pedagógica. Sete anos, porque vai ajudar a escola a identificar cada criança que está com dificuldade. Nós fazemos o reforço para assegurar que todas estejam plenamente alfabetizadas e dominem as primeiras cotas.

Eu acho que este Pacto foi uma mudança de qualidade na relação federativa entre União, Estados e Municípios, porque é um trabalho conjunto, articulado, com foco, com prioridade, com mobilização dos monitores, com uma remuneração adicional, que é o que nós podemos fazer para os professores na ponta. Os monitores também recebem uma bolsa de 750 reais. Então, nós temos um programa em andamento que eu acho que vai trazer grandes resultados para os anos iniciais.

Outro programa importante também vai ajudar o ensino médio no futuro. Nós já estamos com 49 mil escolas com jornada de 7 horas. As crianças têm 3 anos a mais na jornada. A nossa prioridade hoje é reforçar Matemática, Português e Ciências. Pelo menos metade da carga horária complementar no contraturno é para Matemática, Português e Ciências. Há esportes, cultura, uma série de atividades — cidadania, direitos humanos, sustentabilidade —, mas o reforço pedagógico é a grande prioridade. Com isso, nós estamos melhorando bastante a cobertura, além



de construir 10.116 quadras poliesportivas, contratadas até 2014, que também ajudam nas atividades pedagógicas e nesse esforço do contraturno.

Chegamos, então, ao ensino médio. Eu diria que creches e pré-escola, Alfabetização na Idade Certa e Mais Educação, que é a escola tempo integral, preparam a melhora do fluxo para o maior desafio que nós temos — e acho que está correta a percepção da Comissão de Educação —, o ensino médio.

Se considerarmos o IDEB, veremos que andamos muito, melhoramos muito nos anos iniciais, melhoramos nos anos finais e simplesmente atingimos a meta no ensino médio, o que é pouco. Nos anos iniciais, nós estamos com 5 de 4,6, que era a meta prevista; a mesma coisa nos anos finais, bem acima da meta. No entanto, no ensino médio, nós estamos na meta. Se considerarmos o PISA, verificaremos que o Brasil está numa situação em que o ensino médio tem que avançar, tem que melhorar.

Eu não vejo ainda um conjunto de políticas que possa permitir um salto relevante para o ensino médio brasileiro. O IDEB mostrou isto: nós ainda não temos capacidade de avançar no ensino médio, para assegurar a sua qualidade, mas tivemos nas últimas décadas um esforço fantástico de inclusão de estudantes. Então, nós tínhamos, em 1991, 3 milhões e 772 mil estudantes; hoje temos 8 milhões e 376 mil. Nós colocamos quase 5 milhões de estudantes a mais na rede. E a rede é fundamentalmente dos Estados, das Secretarias Estaduais, 86% dos alunos são das Secretarias Estaduais de Ensino. Rede municipal, 1%; rede federal, 1%; setor privado, em torno de 12%. Então, 88% na escola pública; 12% na escola privada, basicamente Secretaria Estadual de Educação, a gestão e a responsabilidade.

Agora, o que o MEC reconhece? Que as Secretarias tiveram que fazer um esforço muito grande para colocar quase 5 milhões de estudantes a mais na rede nesse período, em torno de 20 anos. Foi um esforço muito grande, contratação, infraestrutura, e isso não permitiu que essa inclusão fosse acompanhada de um salto na qualidade do ensino, o que nós precisamos fazer. Precisamos ter isso claro e como a grande prioridade.



Por isso, volto a elogiar a iniciativa da Câmara que, tenho certeza, vai nos permitir construir, juntos, um belo caminho, um esforço de todos os entes federados, porque a rede é fundamentalmente estadual, com o MEC e com o Governo Federal.

Qual é a nossa avaliação? Nós tivemos um crescimento, em 11 anos, de 120% das matrículas no ensino médio. Em 11 anos, a matrícula no ensino médio continuou crescendo numa velocidade extraordinária, 120%.

Vejam a meta e o IDEB. A meta e o IDEB estão exatamente no mesmo padrão. Não houve melhora no desempenho em Matemática, no SAEB, e não houve melhora em Língua Portuguesa. Não houve uma melhora importante. Então, na proficiência de Português e Matemática, não houve uma melhora. Houve um quadro de estabilidade, que é, provavelmente, o que nós teremos no PISA, um quadro de estabilidade, porque o IDEB é uma forma de avaliação, e o PISA utiliza outra metodologia, analisa só os alunos com 15 anos, é o que nós estamos tendo. Então, há um desafio de salto de qualidade que nós ainda não asseguramos no ensino médio.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, por exemplo, em Matemática, no ENEM, nós tivemos um salto muito interessante. Nós tínhamos 479 pontos em 2010 e fomos para 513. Em Português, tínhamos 489 e fomos para 491. Quer dizer, em linguagem, melhorou um pouco e, em Matemática, melhorou bastante.

O ENEM é quase universal hoje, e a Prova Brasil é para 2% dos alunos. Eu tenho dito isso não questionando a metodologia da Prova Brasil, mas chamando a atenção para o seguinte: o aluno faz a Prova Brasil como se fosse uma avaliação, mas o ENEM é a vida dele. Ele está vendo que pode entrar hoje com cota em Medicina, Matemática, Física, Química, Biologia, Economia, Administração. Pode ter bolsa do PROUNI, bolsa do FIES, Ciência sem Fronteiras. Então, ele vai para o ENEM como a grande prioridade da vida dele.

Algumas redes hoje fazem um trabalho espetacular. Fazem, por exemplo, o Dia do ENEM, dão barrinha de cereal, água. Há redes estaduais que monitoram aluno por aluno com programa de informática para ver se ele se inscreveu no ENEM, se ele está indo para o exame. Então, há uma mobilização muito forte para o ENEM. A Prova Brasil é um campeonato que ele joga, uma partida, uma pelada que



ele vai fazer, porque não muda a vida dele. O ENEM não, ele está na final do campeonato.

Se ele fosse um chinês, então, a situação seria mais difícil, porque na China só pode fazer uma vez na vida o exame. Eu vi um filme mostrando a hora que os alunos vão para a prova. Os pais se abraçam, a família toda dá aquela energia, todo mundo chora, é uma coisa, porque o aluno ou entrou ou não entrou, e acabou. Não tem segunda chance.

No Brasil, ele pode fazer o ENEM mais de uma vez, mas é um momento muito especial. Então, eu acho que nós temos que analisar a evolução do ENEM com muita atenção, porque é quase uma prova universal.

Nós melhoramos a taxa de escolarização bruta, mas, dos estudantes com 15 a 17 anos, que é a nossa taxa líquida, só 51,6% estão na idade-série correta. Ou seja, a escola do passado gerou um atraso de 3,5 milhões de jovens, que estão ainda no ensino fundamental e deveriam estar no ensino médio. E nós ainda temos 970 mil jovens que estão fora da escola, muitos perdidos para o *crack*, para o crime. É o “nem-nem”, não estuda e não trabalha. Nós estamos falando de 970 mil. Três milhões e meio estão com defasagem idade-série e 51,6% estão na idade-série correta. Vem melhorando? Vem melhorando, mas repito: o maior desafio do ensino brasileiro é o Ensino médio, aí que nós temos que colocar muito esforço.

O que nós já fizemos para melhorar o Ensino médio? Primeiro, a extensão do FUNDEB para o ensino médio. O FUNDEF arrecadava, em 2006, 35 bilhões por ano e atendia só o ensino fundamental. O aporte do Governo Federal era 1% do fundo. Hoje, com o FUNDEB, nós alocamos 116 bilhões de reais em 2013, mais de três vezes o que fazíamos em 2006, e o aporte do Governo Federal é 10% do valor. Além disso, o salário-educação, em 2006, era só para o ensino fundamental, e, a partir de 2007, o ensino médio também passou a ser beneficiado pelo salário-educação. Então, houve uma melhora no financiamento, no repasse para os Estados, e o Ensino médio passou a fazer parte do FUNDEB e não estava no FUNDEF.

Parte desse problema que nós herdamos é decorrente da ausência de políticas no passado que olhassem o ensino médio como uma prioridade. Era só o



ensino fundamental. Então, nós ampliamos o financiamento, e isso trouxe uma melhora importante.

Além disso, nós temos o PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este ano são 450 milhões de reais e 7,6 milhões de alunos beneficiados. Ou seja, não havia merenda escolar para o ensino médio, e agora há. É outra mudança importante, além do FUNDEB. Desde 2009, nós estamos complementando o repasse de recursos para a merenda escolar.

Além disso, nós investimos no transporte escolar. Desde 2009 também, nós temos PNATE, que ajuda no custeio do Ensino médio, e também o repasse do Caminho da Escola. No ano passado, foram mais de 16 mil ônibus. Então, no custeio, nós temos 120 milhões em 2013, complementando o financiamento da rede para os alunos do ensino médio.

Então, nós fizemos o FUNDEB, repassamos para o ensino médio a merenda escolar e o transporte. Tudo isso ajuda a melhorar a qualidade e o fluxo.

Além disso, temos o Programa Dinheiro Direto na Escola, desde 2007. Este ano são 100 milhões de reais, que nós repassamos direto para a escola do ensino médio. São pequenas reformas, a Associação de Pais e Mestres que fiscaliza esses recursos, lá está o diretor da escola. São pequenos investimentos, e ajudamos a melhorar a rede estadual.

Há ainda o Programa Nacional do Livro Didático, que não existia até 2007, e hoje existe no ensino médio. O Governo assume integralmente — eu trouxe algumas coleções de Química, Física, Biologia etc. — toda a produção de livros didáticos. Nós estamos falando de 221 milhões de livros de 2007 a 2013 para os estudantes e professores. Só os professores do ensino fundamental eram contemplados com livros didáticos até 2006.

Nós criamos o FUNDEB, repassamos recursos para o transporte, para a merenda escolar, uma complementação para a reforma das escolas, e, além disso, todo o programa de livro didático. Estamos falando em 212 milhões de livros, para os alunos e para os professores, várias coleções, e eles escolhem depois qual é a opção pedagógica.

Fizemos também o Programa Brasil Profissionalizado, que são recursos para ampliar a qualificar a oferta da educação profissional e tecnológica das redes



estaduais. São 2 bilhões de reais conveniados que nós temos hoje no Programa Brasil Profissionalizado. São cursos de formação profissional e tecnológica.

Além disso, no PAR, nosso Plano de Ações Articuladas, nós ampliamos os planejamentos de gestão, formação, avaliação, infraestrutura, obras de construção, ampliação, reforma da escola, quadras, mobiliários, equipamentos. Quem é da rede sabe: você chega ao PAR, a Secretaria Estadual de Educação define as suas prioridades, pactua com o MEC, e nós cumprimos. Há mobiliário, transporte, construção, quadra. Nós temos uma parceria ampla, que é prioridade, e os recursos que repassamos são através do PAR.

A formação de professores é um tema também. Quem sabe quando vocês acabarem o ensino médio nós possamos entrar nesse tema. Nós precisamos repensar os cursos de licenciatura e a formação dos professores. O MEC vem repetindo isso há um tempo. Nós estamos abrindo esse debate no Conselho Nacional de Educação.

Hoje eu empossei o novo Presidente da CONAES exatamente pedindo o foco na reforma do currículo e da formação dos professores, porque nós não podemos formar professores que não tenham nenhuma vivência didática na sala de aula. Ele tem que ter conteúdo na sua disciplina específica — se ele é um professor de Física, de Matemática ou de Química, ele tem que saber aquela disciplina — e técnicas pedagógicas e experiência pedagógica. Não adianta ler Piaget, ainda que tenha que ler Piaget. Ele pode ler toda a literatura de Pedagogia, mas tem que ter a vivência da sala de aula.

O que acontece no ensino médio, com um professor que não tem liderança, que não tem conteúdo? Os alunos ocupam o espaço vazio, vira aquela bagunça, e ninguém aprende nada. Você faz uma pesquisa e vê que a maior reclamação dos alunos é a bagunça na sala de aula. Quando você aprofunda o diagnóstico, verifica a dificuldade do professor de garantir motivação, interesse, liderança, conteúdo. É aquela aula chata, monótona, que, em geral, gera baixo aprendizado.

Então, nós precisamos formar os professores na experiência didática. E isso vai passar por uma reestruturação dos cursos de licenciatura. Nós precisamos repensar os cursos.



O que o MEC tem feito? O PIBID. Nós temos, este ano, 52 mil bolsas; no ano que vem, 75 mil. Nós damos em torno de 750 reais, sendo que aluno de licenciatura curta vai fazer um estágio na escola pública. Então ele vai fazer uma residência educacional, ele vai viver a sala de aula com um professor que é um tutor pedagógico na sala de aula — sempre o professor. Mas o aluno entra com o estágio onde ele enriquece, aprende, vive a situação. E sai, portanto, mais enriquecido no seu bacharelado.

Além disso, fizemos o Plano Nacional de Formação de Professores — PARFOR da educação básica. Nós temos hoje 54 mil professores participando do programa, que é um programa de formação que a gente faz e que complementa a formação dos professores da rede, fortalecendo, portanto, a sua capacidade pedagógica.

Ainda tem o ENEM, que acho que vai cumprir um papel extraordinário para motivação do ensino médio. Eu acho que nós temos uma oportunidade única porque hoje os estudantes estão olhando para o ENEM e sabem o que ele representa em termos de oportunidade — e já falarei disso.

Estamos fazendo a ampliação da rede de educação profissional e tecnológica e o PRONATEC. Então nós temos três grandes ações estruturantes que vão alavancar o ensino médio ao longo desse próximo período e que já estão em andamento.

No ENEM, nós tínhamos 5 milhões e 791 mil inscritos no ano passado e fomos para 7 milhões e 173 mil neste ano. Quanto à logística e à complexidade do Exame, vale a pena um dia fazer uma audiência para discutir isso a fundo e a gente mostrar tudo o que está fazendo. Nós contratamos mais de 50% de corretores, tivemos de contratar mais corretores. Fizemos um teste agora e estamos formando os corretores. E o que nós vimos? Como nós reduzimos para 100 pontos a avaliação — eram 200 pontos as 5 competências —, tem muito mais recurso de ofício para o terceiro corretor. São dois corretores independentes, sendo que, se a discrepância for de 100 pontos em cada uma das competências ou de 200 pontos na nota final, a avaliação vai para o corretor de ofício, independente. E se não resolver, como ele não arbitra a diferença, ela vai para uma banca de três corretores, que é a instância máxima que nós criamos. O impressionante é que mais de 50% das avaliações vão



para o terceiro corretor. Nós tivemos que contratar e formar mais corretores. Estamos formando os corretores antes e depois de sair o tema da redação, preparando-os para fazer uma boa avaliação da redação.

Agora, com toda a expansão do ensino público superior e do ensino privado, com o PROUNI e o FIES, nós temos hoje quase 7 milhões de estudantes no ensino superior, contando a pós-graduação. Temos em torno de 7 milhões de estudantes. No entanto nós temos 1 milhão e 200 mil matrículas ingressantes. O que isso quer dizer? Que desses 7 milhões e 127 mil estudantes, 6 milhões vão ficar de fora, não entrarão na universidade. Esse é o tamanho da demanda que nós temos. E o mais difícil é você ampliar as matrículas na velocidade em que nós ampliamos nesta década, de 150% a mais de matrículas, e garantir a qualidade.

Quanto ao esforço, só no MEC foram 22 mil obras, 3 milhões de metros quadrados construídos para fazer o REUNI. E tinha gente que era contra. Ou seja, tem gente com uma visão elitista e conservadora de que o papel do MEC é voltar as costas para essa multidão que quer estudar e ainda não tem espaço. Qual a resposta que nós demos? O que tem aí no ENEM? Tem o SISU, em que nós vamos ter mais de 5 mil cursos este ano. E o aluno, com a nota de corte dele hoje, escolhe qualquer curso em qualquer lugar do Brasil. Se for aluno de escola pública, ele vai ter pelo menos 25% das vagas. E a nota de corte entre cotistas e não cotistas é muito pequena. Então isso é uma grande motivação para o aluno da escola pública, porque ele sabe que 25% das vagas em Medicina, em Economia, em Administração estão garantidas na rede federal.

Se o aluno não entrou pelo SISU, ele ainda tem o PROUNI com 1 milhão e 200 mil bolsas; se ele não entrou pelo PROUNI, tem o FIES, em que estamos comemorando amanhã 1 milhão de contratos firmados; e se ele não entrou pelo FIES, tem agora o SISUTEC, que nós lançamos semana retrasada, com 240 mil vagas de curso técnico e para o qual tivemos 350 mil inscritos. E além disso, ele ainda tem o PRONATEC, outra modalidade em que nós tivemos 4 milhões de matrículas. Então nós estamos absorvendo esse desejo de estudar que não está assegurado no ensino superior através do PRONATEC e do SISUTEC, cursos técnicos profissionalizantes em parceria com a rede privada, o Sistema S e a rede federal.



Vejam aqui: 4 milhões de matrículas, sendo que a nossa média era de 2,3 milhões este ano e 4 milhões em 2 anos. A nossa meta em 2014 é de 8 milhões de vagas.

Expandimos fortemente a rede federal. Nós tínhamos 140 unidades em 2012 e estamos indo para 562 unidades de institutos federais em 2014. É um avanço espetacular. Mais do que triplicamos a rede federal.

Está aqui a matrícula: em 2008 nós tínhamos 57 mil matrículas e hoje temos 734 mil matrículas. São quase 700 mil matrículas a mais nos institutos tecnológicos federais num prazo de 5 anos. Quer dizer, é um esforço brutal que o MEC vem fazendo e que atende exatamente esse público do ensino médio.

Agora eu vou apresentar as diretrizes que nós esperamos pactuar com o CONSED. Nós fizemos já várias reuniões. O Romeu já esteve lá algumas vezes conversando, bem como a nossa equipe. Destaco que nós estamos chamando isso de um grande compromisso nacional pelo ensino médio. Esta é a proposta: criar um compromisso nacional pelo ensino médio, a exemplo do que foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa — PNAIC. Esse compromisso tem que ser pactuado sobretudo com o CONSED porque a rede é deles, 86% dos estudantes estão nas redes estaduais. Então é preciso uma pactuação.

Em segundo lugar, isso também vai depender da nossa perspectiva orçamentária nos próximos anos. Mas com os *royalties* eu acho que nós vamos ter uma melhora continuada, progressiva. No ano que vem não será tanto, mas em 2015 já será bem mais. Então, à medida que o orçamento for evoluindo, nós vamos poder implantar de forma mais ampla e consistente essa estratégia que estamos desenhando. Algumas ações já existem e vão ser ampliadas e outras são totalmente novas.

Eu vou colocar um pouco o que o MEC está discutindo. E esse conjunto de iniciativas está aberto ao trabalho da Comissão. Nós queremos fazê-lo em sintonia com a Comissão e em sintonia com o CONSED. Portanto nós queremos ouvir as recomendações do Legislativo. E nós temos de ter um realismo orçamentário porque o MEC vai da creche à pós-graduação. Nós temos de complementar toda a rede. A educação tem de ser feita de forma sistêmica e orgânica. Então isso depende da nossa capacidade orçamentária. Eu vou apresentar para vocês as linhas gerais das



diretrizes que nós estamos construindo, as ideias-forças, os programas mais estruturantes, porque nós vamos detalhar isso depois com o CONSED, do ponto de vista da nossa capacidade orçamentária.

Primeiro há um programa que estamos chamando de Mais Professores. Não se preocupem, porque nós não estamos trazendo ninguém de fora, senão a CNTE já vai estar aqui na porta amanhã. (*Risos.*) A ideia do Mais Professores surgiu exatamente do Mais Médicos. Várias vezes, quando fazia uma apresentação, perguntavam o seguinte: “*E por que não se faz o Mais Professor?*” Em cima disso, o que é o problema? Há 20 anos, 85% das cidades brasileiras estavam numa situação de muito baixo IDH — hoje é 0,6% das cidades. E na situação de baixo IDH, que também era o resto, hoje tem um número bem menor. Então nós temos Municípios de muito baixo IDH e de baixo IDH e temos Municípios ainda de baixo IDEB.

Nas escolas desses Municípios — porque algumas são da rede estadual e estão em cidades específicas — nós precisamos dar um reforço docente. Qual é o problema maior? O problema maior é Matemática, Física, Química e Inglês. Vários Secretários de Educação ligam para a gente e falam: “*Eu fiz o concurso aqui e deu vazio*”. Não tem professores de Matemática, Física, Química e Inglês disponíveis na rede. No caso de Matemática, Física e Química, nós temos um agravante: as matrículas no curso de Engenharia cresceram de forma fantástica, passaram as matrículas em Direito este ano pela primeira vez na história. Mas as matrículas em ciências básicas — Matemática, Física, Química e Biologia — estão em torno de 2,8% a 3%. Elas não crescem. Então nós precisamos estimular essas áreas desde o ensino médio — eu vou mostrar isso —, para aumentar a oferta de profissionais. E precisamos, enquanto essa oferta de profissionais não cresce na velocidade que é necessária, de uma política de transição.

Então para esses Municípios, para essas escolas que estão com baixo IDEB, nós estamos dispostos a pensar uma política que o MEC complemente, que talvez possa ser uma bolsa. Por exemplo, podemos pegar um professor que se disponha a ir até lá. E gente pode criar uma política de reforço pedagógico, botar bons professores nessas escolas, as mais distantes, as mais difíceis e com o menor IDEB, para a gente tentar melhorar o ambiente acadêmico sobretudo nas disciplinas que estão faltando nas salas de aula. Essa é a ideia básica.



Por exemplo, nós temos professores aposentados jovens, com excelente formação, que talvez com uma bolsa de estudo aceitem voltar para a sala de aula e cumprir esse papel — desde que não haja de fato a disponibilidade de um professor da rede nessas disciplinas. Vou deixar bem claro: a nossa preferência é o professor. Mas quando não houver, nós teremos que encontrar uma solução e não uma improvisação. Talvez a gente possa reaproveitar as professoras que estão aposentadas, por exemplo, que tenham vontade, que tenham disponibilidade e se disponham a voltar à sala de aula. Então é um programa que está aberto.

Este é um problema que vai ter que ser equacionado: nós não temos professores de Matemática, Física, Química e Inglês em muitas escolas da rede estadual; e os Secretários de Educação não conseguem preencher essas vagas. Então nós queremos encontrar uma solução, que podemos discutir junto com vocês. É uma proposta que está em aberto. Mas é um problema que precisa ser solvido.

Formação de professores e gestores. Nós queremos avançar na formação continuada para os professores da rede pública. A ideia é um pouco a ideia do PNAIC: fazer uma ação articulada com os 26 Estados e o Distrito Federal; produzir material específico; dar uma bolsa de estudos; envolver as universidades, os monitores; e fazer um grande programa de formação naquelas que são as áreas estratégicas. Talvez a gente não precise fazer isso para toda a rede. Mas exatamente para aquelas escolas que estão com baixo IDEB e que precisam de um reforço acadêmico, a gente pretende priorizar na rede um programa de formação e de melhora no desempenho.

Depois nós estamos desenhando a ideia de uma universidade do professor. O que é isso? É uma articulação de todos os programas que nós temos de formação de professor, que estão dispersos, fragmentados. Então é uma rede, não é uma universidade que substitui as universidades que existem. Trata-se de constituir uma rede em que o professor tenha uma única porta de entrada para saber o que pode fazer em termos de formação: quais são as bolsas, quais são os programas, quais são os cursos, qual é a oferta.

Então, nós temos o PARFOR, o PROUNI, a Universidade Aberta do Brasil, que hoje tem 340 mil matrículas, o FIES. Se ele for professor da rede pública receberá automaticamente a bolsa do PROUNI. Nós vamos facilitar tudo o que for



preciso para os professores continuarem estudando e se formando, fazerem uma especialização ou um mestrado, terem uma continuidade na carreira. Eles terão essa rede toda organizada, um único portal de acesso para facilitar, em que eles vão saber quais são as ofertas e o que podem fazer.

Também é importante criar um ou mais centros de referência para a formação de professores e gestores. Uma questão-chave é a seguinte: nós precisamos melhorar a formação dos diretores das escolas. Onde você tem um excelente gestor você pode ter certeza de que as coisas avançam. Então a formação dos gestores é outra coisa que nós precisamos trabalhar em parceria com os Estados. Muitos já o fazem; outros não tanto. E o MEC está disposto a se sentar junto e construir um programa nacional, um centro de referência de formação dos gestores.

Outro ponto é o que eu estava chamando de residência docente. Nós queremos fortalecer a ampliação do PIBID e a indução das escolas do ensino médio, incluindo estudantes do PROUNI e do FIES. Nós já temos hoje aí 52 mil bolsas, estamos indo para 75 mil. E a indução é para que, naquela forma de participação, também os alunos do PROUNI e do FIES possam fazer a residência docente. Então nós queremos ampliar esse programa de o aluno de licenciatura ter um estágio, ter uma residência docente e viver o dia a dia da sala de aula.

A outra grande prioridade é a escola em tempo integral. Nós temos várias parcerias com os Estados, melhorando a infraestrutura, construindo escolas de tempo integral, reformando escolas. A prioridade no atendimento é para os Municípios com maior número de matrículas no período noturno. Têm caído fortemente as matrículas no período noturno. Nós queremos acelerar esse processo e fortalecer o período diurno, pois é aí que o aluno tem mais chance de aprendizado. E queremos caminhar em direção à escola de tempo integral, inclusive à escola que possa oferecer concomitantemente o ensino técnico e o ensino regular. Por exemplo, já são 97 escolas no Ceará. E as que estão prontas são maravilhosas. Inaugurei várias lá com a Isolda, com Cid. E em outros Estados também temos feito isso.

São escolas já com infraestrutura. Elas têm todos os laboratórios de Química, Física, Matemática, Biologia, línguas, têm anfiteatro, têm refeitório. São escolas belíssimas, em tempo integral. É outro padrão. E você combina a formação do



ensino regular com a do ensino técnico. E o aluno sai já com uma profissionalização garantida e com uma formação de excelente qualidade. Esse é um programa amplo que nós temos hoje. E os laboratórios são fundamentais.

Outra escola em tempo integral. Nós estamos hoje ampliando a rede: temos 5 mil escolas em 2013; e no ano que vem teremos 10 mil escolas. Estamos dobrando as escolas com jornada em tempo integral. A carga horária mínima, que é de 2,4 mil horas, vai para 3 mil horas, acrescida de 600 horas de atividade docente a mais, que será implantada de forma progressiva. Então nós estamos passando de 5 mil escolas para 10 mil.

Não há nenhum país desenvolvido que tenha tido uma educação de qualidade sem escola em tempo integral. Então o futuro é esse. Nós não temos rede física nem orçamento para fazer isso de uma hora para a outra. Mas nós estamos fazendo um esforço tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

Nesse ensino médio inovador — em que nós criamos uma série de currículos e repassamos recursos do PDDE em função do número de alunos — nós temos várias entidades parceiras que ajudam na implantação desses programas. Os currículos são mais criativos, mais atrativos, mais interessantes, mais estimulantes para os estudantes e tal. Se você tem uma jornada maior você consegue melhorar bastante a qualidade.

Outro ponto é o redesenho curricular. E aqui nós temos um debate importante, que é o seguinte: para onde os alunos estão olhando? Para o ENEM. E no ENEM são quatro grandes campos: Matemática; Linguagens, com Português, a segunda língua e suas técnicas; Ciências da Terra; e Ciências Humanas. São quatro grandes áreas, quatro grandes disciplinas. Então nós precisamos articular melhor as disciplinas nessas quatro grandes áreas. Nós precisamos ter uma articulação, nós precisamos ter um diálogo. Não pode cada professor entrar dando uma disciplina no seu ritmo sem nenhuma troca, sem nenhum intercâmbio.

Então, como nós temos agora um terço da jornada para atividades complementares, isso pode ajudar nesse salto da articulação desse redesenho curricular, sempre dialogando com o ENEM. É isto que os alunos estão olhando, é isto que os pais estão olhando e é nisto que as escolas vão ser cobradas: se as escolas colocam ou não o aluno nos exames do ENEM e que desempenho elas



tiveram. Então nós queremos fazer aqui um redesenho curricular, elaborar os direitos à aprendizagem e o desenvolvimento do ensino médio com o objetivo de organizar a base nacional de currículo em consonância com o ENEM.

Para vocês terem uma ideia, em 2002 nós tínhamos 4,2 milhões inscritos no ensino médio noturno, hoje nós temos 2,5 milhões. Nós reduzimos esse número em 2 milhões. Aumentamos o número de matrículas fortemente, mas reduzimos esse número no ensino noturno. Isso é muito positivo. E o ensino médio inovador ajuda a fazer essa atração.

Outro programa de que nós estamos falando trata do seguinte: nenhum estudante para trás. Nós temos dois problemas no ensino médio: 3,5 milhões de jovens de 15 a 17 anos estão com defasagem idade/série; e 970 mil jovens estão fora da escola. Então nós precisamos fazer uma parceria para ir buscar esses jovens que estão fora da escola, fazer uma busca ativa e tentar trazê-los de volta. Isso não é fácil. Uma parte desses jovens está, vou repetir, envolvida com drogas, uma parte está longe da família ou tem família desarticulada. É preciso um grande esforço. Mas nós temos que ter isso como uma prioridade. Já colocamos 5 milhões a mais na escola. Mas faltam 970 mil e um programa forte de aceleração para os jovens que estão com defasagem idade/série.

O nosso Guia de Tecnologias tem várias parcerias. Por exemplo, 11 Estados estão usando o Telecurso e fazendo parcerias para trabalhar esses estudantes em defasagem idade/série, tentando fazer um processo de aceleração. Esse é outro programa muito importante para nós. Vamos produzir material específico e formar os professores do ensino fundamental, para avançar na formação desses alunos na distorção idade/série. As escolas do Mais Educação também vão focar esses estudantes do reforço pedagógico, para eles acelerarem o processo de inclusão no ensino médio. E há proposta curricular específica.

Outro programa é de aperfeiçoamento do livro didático. Nós temos aí as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio — a matriz do ENEM — , com a produção em meio impresso e digital. O edital foi lançado em janeiro de 2013, sendo que a entrega nas escolas será em 2015. E nós estamos criando um conselho consultivo para avaliação política do livro didático, um conselho consultivo



de alto nível acadêmico, para fazer a avaliação de toda a produção desse material didático que eu trouxe para vocês darem uma olhada.

Outra ação forte que já temos em andamento e que é um grande esforço é a educação digital. Nós distribuimos este ano 436 mil *tablets* — e os Governos dos Estados complementaram — para os professores do ensino médio. Então no segundo semestre todo mundo vai ter um *tablet* na mão. Esse *tablet* do professor tem o quê? Tem toda a coleção de livros didáticos que está ali — muitos nós não trouxemos — em PDF. Nunca houve isso, porque, no máximo, ele tinha o livro que a escola escolheu. Agora não, ele tem toda a coleção. Ele é professor de Física, todos os livros de Física estão no *tablet*, ou de Química, ou de Matemática, ou de Biologia, enfim, ele tem uma literatura muito mais rica para consulta e para preparação.

Nós temos todo o Khan Academy; nós estamos traduzindo Matemática, Física e Química; são aulas de 10 minutos e exercícios que ele pode acionar: ele vai dar uma aula sobre aquele mesmo assunto, ele pode olhar o Prof. Khan, que é um sucesso internacional em didática. Ele vai lá, vê como ele trabalhou e se inspira para a aula dele. Há dois mil objetos pedagógicos disponíveis e mais uma Educopédia, livros, revistas, revistas pedagógicas e uma série de outras coisas, enfim, muito conteúdo pedagógico.

Agora, além do *tablet*, a escola está recebendo um projetor digital *wi-fi* — da última vez eu o usei; hoje eu não o usei, usei o de vocês, o antigo — que projeta na tela ou na lousa ou numa parede qualquer e é uma Internet interativa. Então, nós estamos levando o ambiente de Internet pelo professor. Por que pelo professor? Porque nada acontece na sala de aula se o professor não estiver envolvido e motivado.

E vou repetir uma coisa que eu já disse aqui: “*Os professores, nós, somos analógicos; os alunos são digitais, e o Estado é cartorial*”. Então, nós precisamos fazer o Estado avançar em direção ao mundo digital e precisamos fazer a migração dos professores do analógico para o mundo digital, para que eles tenham a liderança do processo de inclusão digital. Eu não tenho dúvida de que é uma questão de tempo: os alunos vão ter que ter um *laptop* nas mãos em sala de aula. Existem *softwares* hoje em que você coordena toda a sala de aula, você sabe o que está sendo feito, o que não está sendo feito e qual é o exercício.



Agora, enquanto o professor não dominar essa tecnologia, se você começar pelo aluno, vai haver um *bullying* digital na sala de aula contra o professor. Você imagina o que eles vão enviar de mensagem um para o outro e tal. Até ele entender o que aconteceu, acabou a aula, ou o semestre, o que é mais grave.

Então, nós precisamos começar pelo professor. Estamos formando os professores, dando todo o estímulo possível. Esse *tablet* tem todo o dispositivo de segurança. Ele é amarelo, como tudo do MEC agora é amarelo, e, se for roubado, a gente o destrói a distância — na hora em que acessar a Internet, a gente destrói o equipamento e ele não serve para fazer mais nada. Então, há segurança, não adianta roubar, já tentaram, já destruímos, não adianta porque não vai acontecer.

E nós temos aí um grande instrumento pedagógico, porque um professor que não consegue acessar o Google no Século XXI dificilmente vai conseguir falar com essa juventude. Então, nós precisamos modernizar a sala de aula e o professor.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - É tudo amarelo?

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Tudo amarelo.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Por que amarelo? Se fosse vermelho... (*Risos.*)

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Não, não... (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A Fátima, até neste momento, marca posição. (*Risos.*)

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Não, o ônibus é amarelo...

**(Não identificado)** - Amarelo do PSB ou não?

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Não, não, amarelo... Bom, a gente pode depois discutir a cor. A gente começou com o ônibus amarelo, porque é a cor que mais chama a atenção, mais ajuda na segurança das crianças, impacta em qualquer estrada o ônibus amarelo; as lanchas eram amarelas. Então, nós padronizamos todos os equipamentos na cor amarela para que, ao longo do tempo, cada vez que alguém os vir na rua, saiba que aquilo ali é do MEC, aquilo ali é educação, não ponha a mão, é patrimônio do povo, não mexa.

Então, a ideia é a nossa propaganda toda fazer uma campanha e ir criando um valor e um padrão único de segurança e de respeito com as nossas crianças, que é um investimento grande do povo.



Nós vamos lançar no ano que vem as Estações Tecnológicas, que é um *kit* integrado: um computador ProInfo, um projetor interativo, um *notebook*, uma mídia *center*, 10 *tablets* e 10 *laptops* educacionais para a sala de aula. Nós vamos fazer a passagem do *tablet* para a Estação Digital na sala de aula. Então, nós vamos dar um passo a mais, sempre com o professor dirigindo o processo, sentindo-se seguro e preparado para esse próximo passo. E temos os Laboratórios ProInfo, 180 mil escolas já estão contempladas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Bom, esse é outro programa que eu acho que vai ser uma experiência muito rica e criativa. Ele foi desenvolvido pelo Prof. Mozart, professor da Universidade Federal de Pernambuco, foi Secretário Executivo do Todos pela Educação, professor de Química e grande pesquisador.

A ideia é a seguinte: nós identificamos o que eu disse para vocês, que a demanda pelos cursos de Química, Física, Biologia e Matemática é baixa no ensino superior e não avança. Então, nós queremos começar a motivar os jovens desde o ensino médio, ou seja, *“Quero ser cientista, quero ser professor”*.

Quantos kits temos, Romeu? São 20 *kits* de Ciências que vão ser distribuídos aos alunos, de pesquisa nas áreas de Física, Química, Biologia, isso para a rede toda. Com esse *kit*, ele vai poder trabalhar, manipular, usar. Ele é inspirado um pouco... O pessoal mais velho talvez lembre: havia uma caixinha de cientista, eu acho que era da Abril, há muitos anos, que a gente fazia... Vocês se lembram daquilo? É inspirado naquilo, só que é uma coisa mais sofisticada, muito barata, feita por uma equipe de cientistas — eu citei aqui os nomes — de altíssimo nível, que desenvolveu o que há de mais avançado. É um conjunto muito grande de experiências que ele pode fazer. Nós vamos usar a *TV Educativa* para ajudar nesse trabalho, no material, formar os professores e trabalhar esse estímulo para todos.

Agora, além de tudo isso, nós vamos pegar 100 mil jovens, vamos dar uma bolsa de estudos se ele tiver vocação para essas áreas científicas. Então, um exemplo, Matemática: na Olimpíada de Matemática, nós demos bolsas no Rio de Janeiro — eu fui este ano — para, eu acho, 5 mil jovens. Alguns gênios você descobre nessas olimpíadas, coisas assim absolutamente fantásticas. Nós já estamos ganhando medalhas nas olimpíadas internacionais. No entanto, a gente só



concede a bolsa quando ele entra na universidade, que é a bolsa de iniciação científica — PIBIC. Ele, no ensino médio, não tem nenhuma motivação para continuar naquela disciplina. Ele tem vocação para Matemática, ele pode ir para Física, ele pode depois querer ir para Engenharia, mas vamos pegar essa identidade, essa vocação e vamos estimulá-la.

Então, nós vamos dar uma bolsa de estudos para 100 mil estudantes, sempre pelo mérito, vai haver um processo de seleção pelo mérito. Estou dando o exemplo de um medalhista de ouro da Olimpíada de Matemática, da Olimpíada de Física, da Olimpíada de Química, porque é incrível.

Por exemplo, outro dia, o John Kerry, aquele Secretário de Estado esteve aqui, pediu para ir ao MEC para conversar sobre o Ciência sem Fronteiras — nós estamos com quase 10 mil estudantes nos Estados Unidos hoje pelo Ciência sem Fronteiras. Eu disse: *“Não, em vez de ir ao MEC, eu quero que você vá à CAPES”*. E chamamos alguns estudantes da UnB com algum experimento de pesquisa para mostrar o que nós estamos fazendo na Universidade.

Então, havia um estudante que havia feito tecnologia assistiva, uma perna mecânica autônoma em desenvolvimento; outro fez um helicóptero; outro fez um VANT para ajudar na agricultura e levantamento topográfico. E havia dois meninos que tinham ido, pelo Ciência sem Fronteiras, para a NASA, ficaram 10 meses na NASA.

A NASA fez um concurso para ver quem conseguia colocar um balão a 30 quilômetros de altura e depois dirigir o balão para saber exatamente onde ele ia cair, e o balão tinha que tirar fotografias aéreas. Bom, um dos meninos brasileiros que estavam na NASA entrou no concurso. Ele criou um sistema de paraquedas e de direção remota do balão e conseguiu cravar exatamente onde ele projetou que o balão ia cair. E qual era o prêmio? Entrar no programa espacial da NASA e fazer uma viagem espacial.

O que mais me espantou foi o seguinte: você fazer uma apresentação dessas, mostrar um menino desses e todo o mundo fingir que não viu o que está acontecendo! Eu acho que tinha que dar destaque para isso, um menino da UnB! Então, você pega um menino com 19 anos de idade que vai para a NASA e ganha medalha.



Nós tivemos agora, na Califórnia, outro que ganhou uma medalha na área de *software*, de TI, porque desenvolveu um *software* para programação cultural, um GPS. Você localiza no seu GPS onde você está, em qualquer lugar da cidade, e ele diz qual a programação cultural ali em torno de você, a programação do dia atualizada, etc. Ganhou lá o primeiro prêmio, e vários nossos estão ganhando prêmios.

Na Boeing, houve a formatura esta semana. Nós tínhamos lá 34 estudantes, e quem ganhou os melhores prêmios que a Boeing ofereceu aos estagiários foram os alunos do Ciência sem Fronteiras, inclusive uma equipe da Universidade Federal do ABC e outra, acho, que do ITA, enfim, um sucesso total.

Então, o ponto para o qual eu estou chamando a atenção é que nós precisamos desenvolver essa vocação desde o ensino médio: quem quer fazer Biologia, quem quer fazer Química, quem quer fazer Ciências vai receber a bolsa. O professor vai ter uma bolsa, vai ser tutor, e nós vamos pegar a Universidade Federal para levá-los ao laboratório de Física, ou de Química, ou de Matemática com um orientador, um supervisor da universidade sobre o tutor, que é o professor da rede, e o estudante, que é motivado.

Então, com isso, a gente espera aumentar a demanda pelas áreas das Ciências Exatas e começar a despertar essa paixão pela educação, por ser um professor, que ainda é uma profissão que não remunera bem no Brasil. Espero que a gente consiga melhorar a carreira e o salário. Isso é um problema que, se não for superado, nós nunca superaremos de vez essa questão. Tem que melhorar o salário, a carreira. Mas há a questão também de motivação, de desejo, de vontade, de compromisso, de sensibilidade. É muito importante que a gente estimule essa vocação.

Então, nós vamos começar agora, nas áreas científicas, a distribuição desses *kits* de Ciências para todos, e esse programa para 100 mil estudantes que vão ser monitores nas suas salas de aula, também para as experiências. Eles vão ser monitores para estimular cada vez mais essas experiências.

Bom, educação profissional e tecnológica, o PRONATEC e o SISUTEC. Então. Nós estamos ampliando a rede profissional, como eu já falei, o Brasil



Profissionalizado, e o SISUTEC, cuja primeira edição teve 239 mil vagas, 383 mil inscritos; ano que vem nós vamos ter muito mais vagas.

O que nós fizemos? O Sistema S avançou um pouquinho, a rede federal avançou um pouquinho, mas nós trouxemos as universidades particulares da seguinte forma: quem tem um curso de Engenharia Eletrônica pode dar um curso de Técnico em Eletrônica; quem tem um curso superior de Enfermagem pode dar um curso de Técnico de Enfermagem; quem tem o curso de Ciência da Computação pode oferecer um curso de Técnico em TI.

Foi com isso que nós conseguimos 200 mil vagas de ensino técnico. São cursos de 1 a 2 anos, porque, como eu disse, não há espaço na universidade. Como há ociosidade no período da tarde e da manhã nas universidades, nós estamos ocupando essa ociosidade com o curso técnico. Ela já tem o laboratório, já tem o corpo docente, já tem o currículo, já tem as cadeiras, ela faz a adequação para o ensino técnico; a gente fez essa oferta e garante a gratuidade. Então, nós estamos contratando as vagas e garantindo que esses estudantes possam fazer um curso técnico.

Na primeira experiência, a demanda foi muito boa. Nisso aí só pode entrar o ENEM de 2012. Agora, com o ENEM de 2013, nós vamos ampliar muito essa oferta. E precisamos criar essa base de ensino técnico. Você pega a Alemanha, por exemplo: são 10 estudantes que fazem ensino técnico profissionalizante para 1 na universidade. Nós abandonamos o curso técnico profissionalizante. Se não melhorarmos a produtividade, nós não temos como competir num mundo que está desempregando, reduzindo salário e direitos; nós estamos empregando, aumentando salário e direitos, e só vamos ter eficiência se aumentar a produtividade. Então o curso técnico, tecnológico, profissionalizante é fundamental, e o PRONATEC é um grande êxito.

Finalmente, tornar o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, universal para os estudantes concluintes, essa é a nossa grande meta. Eu achei fantástico o que algumas secretarias estão fazendo: elas têm no computador o cadastro de todos os alunos concluintes e elas acompanham se cada um se matriculou ou não no ENEM; para irem lá fazer a matrícula, fazem motivação, dão material, estimulam, o que é uma coisa fantástica, colocar esses alunos nas melhores universidades.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - É, o Ceará... O Chico está ali. Está aqui a bancada, o Chico, o Artur. Mas não é o só o Ceará não, viu? O Ceará também. O Ceará também.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - No Ceará ocorre o "Dia E", o Dia do ENEM. Eles fazem o "Dia E", o Dia do ENEM, e dão lanchinho, dão não sei o quê e monitoram. Vários Estados estão fazendo um programa forte. Então, nós vamos universalizar para os concluintes do ENEM.

Bom, ainda em relação à motivação para o ensino médio, há as vagas para ensino superior, o SISU, que nós vamos aumentar bastante; a política de cotas; o PROUNI, com 1 milhão e 200 mil; e o FIES. Tudo isso estimula o concluinte a entrar na universidade ou a ir para o ensino técnico profissionalizante.

Bom, além disso, há o Ciência sem Fronteiras. Estamos com 43.600 bolsas do Ciência sem Fronteiras, que é uma grande motivação. Quem tirar mais de 600 pontos pode ir para o Ciência sem Fronteiras nas melhores universidades. Há também o PNAS e a tutoria acadêmica, que nós estamos implantando para os cotistas. Estamos investindo este ano 600 mil reais. Para quem entra pela cota, haverá tutoria e uma bolsa. Ainda não dá para assegurar tudo o que nós gostaríamos, mas é um passo importante, porque há quatro anos nós não tínhamos nada. Então, há uma bolsa mais a tutoria acadêmica para os cotistas.

Está aqui, aumentamos em 150% as matrículas nesses 10 anos. Quanto à pós-graduação, aumentamos em 179% as matrículas, porque, se não houver pós-graduação, não há como fazer a expansão: doutores e mestres. E o orçamento cresceu 196% de 2003 para cá. Vocês veem que nós precisamos continuar dando essa prioridade, porque o tamanho da demanda é fantástico, o desafio é muito grande, os problemas são também problemas bem complexos, e nós estamos fazendo um esforço muito grande para atender.

Então, o que nós estamos pensando em compromisso nacional pelo ensino médio é isso. São esses programas novos, tudo aquilo que eu mostrei que nós já estamos fazendo, além desses programas novos, que vão depender da nossa



capacidade orçamentária e da forma como nós vamos pactuar com a rede estadual, que são fundamentalmente as Secretarias Estaduais de Educação.

Era isso. Estou aberto para as perguntas e para o debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A Mesa recebeu várias inscrições. Então, vamos combinar aqui. Como está o tempo, Ministro?

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Vamos tocar. Pode fazer por bloco, para ajudar, para todo o mundo poder falar. Não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos tentar um bloco de cinco, por qual tempo? Cinco minutos, no máximo? Três, com um pouco de tolerância, até cinco minutos.

Primeiro, eu quero dizer aqui, Ministro, que os temas levantados pela nossa Comissão convergem muito para os itens que V.Exa. colocou aqui como compromisso com o ensino médio, também para a sua preocupação em relação ao currículo, conteúdo, assim como para o enfrentamento da questão das licenciaturas no Brasil.

A Comissão também compreende que tem que aprofundar um pouco mais esse debate e faz parte de um grande esforço de buscar várias opiniões, para a gente sinalizar com algo que possa contribuir, tendo em vista que hoje o nosso ENEM já caminha, já é uma avaliação que leva em consideração as grandes áreas do conhecimento. Então, eu até quero dizer que essas duas preocupações que V.Exa. colocou aqui também fazem parte do nosso debate.

Outro tema diz respeito a como calibrar essa questão do ensino médio, mais do ponto de vista dos conhecimentos gerais, um pouco mais propedêutico, com a questão tecnológica; como ter um ensino que não imponha ao jovem de 15 anos, 17 anos uma escolha para o resto de sua vida. Mas, ao mesmo tempo, acho também que o Brasil tem que oferecer uma educação que lhe permita estar qualificado para sua inserção no mundo do trabalho.

Talvez esse tema seja o que tem mais divergência do ponto de vista do como fazer, do método, se em concomitância, se integral ou integrado, se na condição de pós-médio. Então, esse é um dos debates em que há mais polêmica na opinião do conjunto dos Deputados e Deputadas que militam nesta Comissão.



Quero aqui passar a palavra para o nosso Relator. Aliás, eu queria passar a palavra para a nossa presidenta do CONSED, que é parceira — pode ser, Relator? — desta Comissão desde o início de seus trabalhos. O objetivo foi traçado junto com o MEC, o Parlamento e o CONSED, que é responsável por quase 90% da nossa rede.

Então, com prazer e alegria recebo aqui mais uma vez a Sra. Maria Nilene Badeca da Costa e lhe concedo a palavra.

**A SRA. MARIA NILENE BADECA DA COSTA** - Obrigada. Eu quero cumprimentar a todos, o Ministro Aloizio Mercadante, o Romeu, o Presidente do INEP também aqui presente, e dizer que o CONSED se sente bastante contente, porque, desses compromissos que o Ministro colocou, a maioria, grande parte deles, veio do anseio e de sugestões do CONSED e de todos os Secretários. Nós fizemos primeiro todo um diagnóstico por cidade, vamos dizer assim, por Estado, depois por Região. Consolidamos esse documento e o entregamos, em dezembro de 2012, ao Ministro Aloizio Mercadante.

E essas ações, ampliação do PIBID, reestruturação do ensino médio com relação à formação de professores, ao PRONATEC, de modo que atenda ao aluno na forma integrada, concomitante e principalmente subsequente, já que grande parte dos nossos jovens estão sem estudo e estão retornando para fazer uma educação profissional muito importante...

Então, agora nós vamos juntos fazer esse pacto — não é, Romeu? — para que realmente isso aconteça. E lembro o principal: apoio financeiro aos Estados, senão a gente não consegue alcançar todas essas metas propostas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Presidenta.

Com a palavra o Deputado Wilson Filho.

**O SR. DEPUTADO WILSON FILHO** - Muito boa tarde a todos os Parlamentares e a todos os senhores e senhoras aqui presentes na tarde de hoje.

É um prazer muito grande, Ministro Mercadante, poder recebê-lo nesta Comissão, ao lado do Presidente Reginaldo e ao lado de tantos que — pode ter certeza — dedicam toda a parte pública de sua vida e até a pessoal à melhoria da educação, a pensar em como nós poderíamos vencer o maior gargalo do



crescimento do Brasil, que certamente é a educação, e, com esta Comissão, vencer o maior gargalo da educação, que é o ensino médio.

Creio que é esse o pensamento desta Comissão. E é por isso que nós todos já estamos nos reunindo há muitos e muitos momentos. Já estivemos aqui presentes em muitas audiências para tentar colher o maior número de sugestões e dividir essa responsabilidade que não é apenas desta Comissão, mas é de milhares e milhares de brasileiros que querem um ensino médio totalmente diferente.

Eu creio, Ministro, que a sua palestra foi muito convergente com aquilo que esta Comissão pensa. V.Exa. tratou dos temas como se estivesse presente nas audiências, escutando aquilo que nós estávamos a debater.

Mas eu quero me prender a dois assuntos que tenho como mais urgentes para colocar para o povo brasileiro aquilo, Presidente Reginaldo, que certamente é a dúvida e a angústia de cada um dos jovens que faz o ensino médio, que está dentro ou que está para começar.

O ensino médio hoje serve para quê? Essa é a pergunta daquele que vai entrar no ensino médio, daquele que está fazendo o ensino médio e daquele que acabou de fazer o ensino médio.

Eu, às vezes, brinco, Ministro, que eu fui escolhido para ser Relator desta Comissão por ser o Deputado que há menos tempo saiu do ensino médio. Mas eu tenho um seguimento nessa ideia, e realmente eu penso como a própria legislação, envolvendo o que a educação coloca que o ensino médio tem a função de preparar para a vida do estudante.

Infelizmente, hoje, nós todos sabemos que o ensino médio prepara para um vestibular em que a maioria esmagadora não passa e acaba por ver o ensino médio como uma “perda de tempo”, entre aspas.

Então, as minhas duas perguntas vão em direção, eu acho, aos dois temas que mais têm sido fontes de debate. O Presidente Reginaldo colocou aqui, e o senhor também colocou em sua palestra, que o currículo é uma das coisas que mais afeta a dúvida e a angústia de todos os estudantes, dos professores e de todos aqueles que querem uma educação melhor.

Este é o ponto mais convergente desta Comissão: é que o currículo está totalmente desvinculado da realidade. Mas poucas propostas são colocadas. Eu sei



que nós não temos uma proposta que ainda possa ser colocada como unânime. Mas eu queria saber de V.Exa. quais as opções, ou pelo menos uma opção, que o MEC já pensa de alteração para o nosso currículo de disciplinas.

E o segundo ponto é a inserção do ensino profissionalizante no ensino médio. Eu acho que são dois pontos importantes de como o MEC pensa essa inserção.

Presidente Reginaldo, nós estávamos aqui a debater durante essas últimas audiências de que nós tivemos quase 40 audiências nesta Comissão, se eu não me engano. E creio que, se nós formos colocar no papel, apenas três ou quatro propostas concretas foram apresentadas a esta Comissão.

Isso é uma coisa muito fácil de ver, e eu queria ouvir a opinião de V.Exa. sobre esses dois temas.

Várias perguntas eu preparei, mas claro que os outros Parlamentares têm o direito de fazer as suas respectivas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Marinha Raupp.

**A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP** - Sr. Ministro, eu quero parabenizá-lo pela exposição e dizer que nós, na Amazônia, também temos uma grande expectativa de podermos avançar nesse desafio do ensino médio.

Uma das questões que nós já encaminhamos ao Ministério, a exemplo da experiência do Amazonas, é o EAD — Ensino à Distância para o ensino médio.

Então, nessa semana, nós, com o apoio do Secretário Romeu, orientamos a Secretaria de Estado a se credenciar no Plano de Ações Articuladas — PAR, através do Brasil profissionalizado.

E aí, Sr. Ministro, a gente identifica justamente que, em não tendo a escola estadual e tendo a ociosidade da escola municipal, é aí que nós precisamos avançar. E é esse apoio que eu peço. Assim como o senhor colocou que na ociosidade das salas de aula das nossas universidades, pudesse estar utilizando, veio-me justamente essa ideia de fazer essa colocação e contar com o apoio de V.Exa. e da equipe.

No mais, quero convidá-lo para ir a Rondônia. O Instituto Federal tem avançado em Rondônia. Precisamos ter a visita do Ministro e, com certeza, esta



Comissão estará se reunindo também num seminário em Rondônia, onde nós teremos a oportunidade de debater o tema com mais profundidade.

Mas umas das questões importantes para Amazônia é justamente atender às populações ribeirinhas, às comunidades quilombolas, às comunidades indígenas e às áreas rurais na questão do ensino médio.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputada Marinha Raupp.

A próxima oradora é a Deputada Iara Bernardi.

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** - Ministro, boa tarde. Boa tarde também a nossa representante do CONSED, a Prof. Nilene, e aos nossos Deputados.

Ministro, é muito importante esse regime de colaboração que o Ministério está estabelecendo com as redes estaduais para o aprimoramento do ensino médio com relação à material, às bolsas e a tudo mais.

Quando V.Exa. esteve aqui no dia em que nós votamos a destinação dos recursos dos *royalties* de petróleo para a educação, uma fala sua chama atenção e provocou questionamentos positivos, evidentemente, com relação à possibilidade de o Ministério da Educação interferir e colaborar no salário dos professores, porque, se não houver interferência — e pensei até que a representante do CONSED iria tocar nesse assunto, de que muitas vezes os Secretários Municipais têm propostas concretas nos seus Estados para carreira e para melhoria salarial —, não haverá atração. Por mais que nós ofereçamos aos profissionais ou aos possíveis futuros profissionais da educação, se não houver a perspectiva de carreira, ascensão social e melhores salários, o que os Estados não têm feito, e a maioria deles não cumpre o piso salarial nacional, nós não atingiremos os objetivos de termos mais professores. Hoje, há dificuldade em se achar professores, inclusive alfabetizadores, não só na educação infantil, no ensino fundamental e muito mais ausência no ensino médio.

Então, nessa possibilidade da implantação do Plano Nacional da Educação, de fato um regime de colaboração e parceria, quero saber se existe algum estudo no MEC, concretamente, além de bolsas evidentemente para esta possibilidade de — não sei — auxílio ou ajuda financeira, para que os Estados consigam dar uma



carreira e melhorar o salário desses profissionais, se não por mais que a gente vá oferecer não será atrativa a carreira de professores, não incentivaremos os nossos jovens a irem para a carreira do magistério.

Então, gostaria que o Ministro e também a nossa representante do CONSED pudessem colocar mais alguma coisa a respeito disso. Muitas vezes os Secretários têm propostas concretas, mas a questão financeira dos Estados não permite ou não se quer a melhoria salarial desses profissionais.

É isso, Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada.

A próxima oradora é a Deputada Fátima Bezerra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Ministro, primeiro quero destacar a importância da presença de V.Exa. aqui na nossa Comissão Especial. Isso é uma demonstração clara da disposição do Governo e do Ministério da Educação de ser parceiro exatamente do Legislativo nesse esforço que está sendo feito com vistas a promover as mudanças que precisam, de fato, serem realizadas, no que diz respeito à questão do ensino médio do nosso País. V.Exa. frisa com toda propriedade que o ensino médio é da alçada dos Governos Estaduais e, lamentavelmente, esse mesmo ensino médio vive, não é de hoje, Nilene, já há um bom tempo, uma crise sem precedentes. Essa que é a verdade.

Não é à toa que a própria taxa de acesso dos jovens ao ensino médio no nosso País é muito distante ainda da chamada população escolarizada que deveria estar na escola. Claro que melhorou, mas nós estamos falando de uma taxa líquida de 50,1%. E por que esses jovens não adentram mais nas redes estaduais por este País afora? Tem motivos, para que essa taxa de acesso não seja maior. Por que os jovens neste País sonham em de repente ir para uma escola da rede federal de educação profissional? O maior sonho de um pai de família, uma mãe de família, um avô ou uma avó neste País é ver um neto, um filho na rede federal, porque de fato a rede federal mantém até hoje um padrão de excelência, que não é só aqui no Brasil, é no mundo. E eu lamento, Ministro, porque as dificuldades são muitas e o Governo tem feito esforço.

Eu acompanho o Brasil Profissionalizado desde o nascedouro, e, infelizmente, por dificuldade do ponto de vista de gestão nos Estados, este programa pouco



andou. Não é verdade, Nilene? O meu Estado é um exemplo disso, pois em 2008 nós tínhamos os recursos assegurados para 10 centros de ensino profissionalizante e somente neste ano, talvez, seja entregue o primeiro de uma leva de 10 que estavam programados em 2008.

Mas, enfim, estou confiante e quero aqui ressaltar o trabalho liderado pelo Wilson e pelo Reginaldo, todas essas parcerias. É muito bom ver o MEC aqui sintonizado, porque, de fato, o ensino médio carece não só da questão dos recursos, mas também de uma profunda mudança do ponto de vista desse modelo que já está obsoleto, totalmente ultrapassado. De fato, o desafio é combinar essa formação geral boa com a formação do ponto de vista do ensino profissionalizante. Esse é o modelo que a rede federal de educação oferece aqui. Ele existe no mundo e é muito bom.

Para concluir, Ministro, quero aproveitar mais uma vez e me associar à Deputada Iara Bernardi no sentido de colocar a nossa preocupação com relação à agenda da valorização do magistério. Essas ações que V.Exa. menciona aqui, inclusive no campo da formação do magistério, são sem dúvida nenhuma um conjunto de iniciativas que o Governo adotou ao longo desses 10 anos muito importantes para a formação inicial e a formação continuada, mas V.Exa. reconhece e tem chamado a atenção para a questão da valorização profissional: a jornada, a carreira, o salário.

E quero, Nilene, aproveitar este momento para lembrar que no ano passado fizemos nesta Casa aquele grupo de trabalho que eu coordenei, juntamente com o Artur Bruno e vários Parlamentares, e depois de muitos debates conseguimos consensualizar em torno de uma proposta com a CNTE e a UNDIME. A proposta é relacionada exatamente à questão do mecanismo de reajuste salarial do piso do magistério, e estamos nos colocando à disposição para retomar esse debate.

Lembro também que o PNE está aí, nós vamos aprovar o PNE este ano e a partir do ano que vem começa a correr o prazo. São 6 anos para o Estado brasileiro igualar o valor médio do salário do professor ao valor médio do salário das demais categorias de nível superior. Eu acredito, Ministro Mercadante, que isso só vai ser possível se houver realmente um pacto federativo muito grande e se o Governo Federal entrar com aporte financeiro, senão isso não vai andar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Fátima Bezerra.

Nós temos oito Deputados inscritos. O próximo orador é o Deputado Artur Bruno.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Ministro Mercadante, primeiro, eu gostaria de parabenizar a sua equipe, o Secretário Romeu, o Professor Luiz Cláudio, do INEP, e todas as demais Secretarias. Eu creio que vocês se inspiram no que falou Dom Helder Câmara, um cearense que pouca gente sabe que foi Secretário de Educação no Estado do Ceará, mas passou boa parte da vida em Pernambuco. Ele dizia que *quanto mais difíceis são os obstáculos, mais apaixonantes são os desafios*, e eu acho que a sua equipe é movida por isso. Gostaria também de parabenizar a Secretária Nilene.

Eu quero tocar em três questões. Primeiro, a questão do currículo. Recentemente, alguns países do mundo mobilizaram os governantes e os Secretários de Educação para pensar em um currículo comum. É o caso dos Estados Unidos, que fez isso 5, 6 anos atrás. Eu creio que nós temos que fazer um bom debate sobre essa questão do currículo, tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental. Creio que hoje é muito difuso o currículo e na parte comum há um excesso de conteúdo. Eu acho que o ENEM deu uma grande contribuição, mas ainda é insuficiente, e nós precisamos aprofundar essa questão do currículo.

A questão do currículo tem a ver com a formação inicial dos professores. Veja bem, quem forma professor no Brasil? A universidade pública, principalmente as instituições federais de ensino superior, os institutos federais e as universidades estaduais. Então eu não entendo essa dificuldade de nós convenceremos as universidades a formarem professores, porque elas não formam. As universidades públicas não formam adequadamente os professores. Eu vejo muito pouca coisa de metodologia de ensino nas universidades, por exemplo. É só conteúdo, conteúdo, conteúdo, teorias, teorias, teorias, e aí nós vamos formar um professor que é pouco professor.

Eu acho que o currículo está ligado à formação dos nossos professores nas universidades, portanto essa é uma questão com a qual nós deveríamos nos ater mais e ter uma preocupação maior. E acho que não é tão difícil, porque isso envolve



Governadores, Secretários de Educação, Presidente da República, Ministro da Educação. E aí é jogar pesado para ver se convencemos as universidades a efetivamente formarem professores.

A segunda questão é: o que o professor quer? Sou professor do ensino médio há 35 anos, tanto de escola pública como particular, e o que percebo? Eu percebo que o professor quer remuneração, o professor quer plano de cargos para que possa avançar na carreira, o professor quer boas condições de trabalho, o professor quer reconhecimento público.

Eu acho que as medidas são muito interessantes em relação a estimular o professor, mas, no último domingo, eu estava dando aula de legislação em um curso preparatório para concurso eu fui àqueles “aulões” para professores e perguntei: vocês estão animados em se tornarem professores? Eles responderam: *Não estamos, porque não tem futuro*. Antigamente era aquela estória: *hei de vencer, mesmo sendo professor*. Nem isso existe mais, pois as pessoas estão participando de concurso para ter um emprego, muitas vezes.

**(Não identificado)** - Hoje é: *hei de dever sendo professor*.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Então não tem saída, se nós não conseguirmos resolver essas questões aqui. É claro, eu sei que isso não é fácil e que temos problema de financiamento, mas o Governo Federal tem que encontrar uma maneira e, talvez, criar condições, critérios, como, por exemplo, apoiar financeiramente o Estado para remunerar professor se forem seguidas determinadas regras e critérios.

Vou dar um exemplo, Ministro. Lá no Ceará nós demos uma sugestão à Secretária Isolda, que a acatou, e hoje melhoramos muito o ingresso do professor na rede. Como os sistemas estaduais e municipais selecionam professores? Através de uma prova de conhecimento. Quer dizer, então, que se a pessoa sabe química ou biologia ou matemática ou história, ali tem um professor? É claro que não! Ele pode ser um grande escritor, um grande teórico, mas pode não ser um professor. No Ceará estamos fazendo o seguinte, e acho que outros Estados deveriam conhecer essa experiência: nós criamos a prova didática, além da prova de conhecimento. O professor vai lá dar aula e tem uma comissão, assim como é na universidade. *Ah,*



*mas é muito difícil.* É muito difícil, mas nós conseguimos. E por que não se pode conseguir isso nos outros Estados?

Nós temos que melhorar o ingresso do professor. Muitas vezes alguém conhece muito o conteúdo, mas não sabe dar aula por uma série de razões. Esse problema nós não resolvemos no estágio probatório. Eu conheço muito poucos casos de pessoas que deixaram a rede porque não conseguiram passar pelo estágio probatório. Isso não é real. Não resolve. Resolve na escolha, no ingresso.

Por fim, esse modelo de ensino médio integrado à escola profissional é uma das saídas, é uma alternativa. Precisamos resolver também a situação daquele aluno que não quer a educação profissional. Todas as propostas que aqui foram mostradas não resolvem um problema sério que temos no ensino médio. O que ocorre? Em todo o ensino médio o peso das matérias é o mesmo, seja para o aluno que vai prestar vestibular para Engenharia, seja para o aluno que vai prestar vestibular para Medicina ou Direito. Eu acho que nós deveríamos repensar a ideia de criar opções no ensino médio para as áreas de Humanas, Tecnologia, Saúde. O vestibular das universidades federais, em determinados momentos, dava um peso para determinadas disciplinas, dependendo da área que o aluno escolhia. Acho que nós devemos criar outras possibilidades ao aluno que não quer este modelo do ensino profissional — é uma alternativa para ele. E quem não vai para o ensino profissional continua com o atual modelo? Este modelo é muito ruim.

Então, eu acho que nós poderíamos, juntos, pensar isso para ver se aprofundamos este debate e apresentamos outra proposta quanto a esse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, obrigado pela oportunidade de participar deste grande debate. Eu pensei aqui dois pontos dos quais se falou: a necessidade de mais professores e o estudo de Biologia, Matemática, Física, Química e Letras. Nós temos isso, no Estado do Rio, no CEDERJ/UAB. Isso pode avançar, mas talvez nem tanto com a criação de polos. As vagas são muito poucas: 30 ou 40 vagas. Se aumentarmos o número de vagas, nós avançamos. O custo será muito menor para o MEC, para o Governo, se se aumentar o número de vagas e houver melhores condições.



Aumentando-se a quantidade de vagas, devemos começar a focar no professor que há em sala de aula. Ele não tem que fazer vestibular. Como ele já tem 20 ou 30 anos de atividade como professor, ele tem que ter acesso a essas vagas especiais. O professor, por exemplo, que tem 20 anos de carreira e não tem ensino superior tem que se pinçado da rede — é um professor concursado —, e a ele deve ser ofertada essa vaga quase de imediato.

Portanto, precisamos aumentar o número de vagas no ensino a distância, que é de qualidade — é comprovadamente de qualidade. Essa história de que o ensino a distância não é de qualidade é uma grande mentira. Nele se formam grandes professores.

Assim, pode-se ter, no caso do Estado do Rio de Janeiro, no CEDERJ/UAB, essas vagas. Os polos já estão montados, está tudo bem montado e bem equacionado. É preciso aumentar o número de vagas. Dessa forma, atingem-se rapidamente as metas, sem o grande esforço de fazer tanta coisa a mais.

Temos também o caso do PRONATEC e do SENAI, que têm condições melhores. Quando a gente lida com o ensino particular, a gente tem que aproximar o particular da realidade que a gente quer. Eu acho que nós não estamos conseguindo passar para o particular qual é a meta e como se vai participar do programa.

Há algumas pessoas que nos procuram querem participar e não sabem como, porque o SENAI também não tem como atender a todo o Brasil de imediato. Então, nós vamos ter que usar o particular, que precisa ter qualidade. Devemos exigir qualidade no particular e, assim, fazer uma parceria para fechar esta teia do Brasil todo no PRONATEC. Eu acho que, desse modo, nós teremos um sucesso muito maior.

Eram esses dois pontos que eu queria colocar, para não me alongar muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado. O próximo orador é o Deputado José Stédile.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ STÉDILE** - Obrigado. Em primeiro lugar, quero parabenizar nosso Ministro pela dedicação, pela montagem da equipe e pelos resultados. Na minha opinião, o maior desafio que o Brasil tem está nas suas mãos. O resultado que o Brasil terá nos próximos anos depende do maior e mais importante Ministério que nós temos na República, o Ministério da Educação.



Quando eu falo em desafios, quero dizer que, embora os dados que V.Exa. apresentou sejam positivos, os resultados ainda não são positivos. V.Exa. mesmo reconheceu que nós fizemos a inclusão, mas a qualidade ainda não é aquela que nós pensamos ter no nosso País.

Faço parte, Sr. Presidente, da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública. Do ponto de vista da leitura, nós sabemos que, dos estudantes que terminaram o ensino médio, 65% são analfabetos funcionais. Ler um texto e não entender o que está lendo é um desastre para a educação. Sabemos que, dos que leram, dois terços dizem que o único livro que leram foi da biblioteca escolar. Esse é mais um dado muito difícil da realidade que nós encontramos.

Tenho uma sugestão, Sr. Ministro. Eu fui Prefeito da cidade de Cachoeirinha por dois mandatos, e a educação era sempre prioridade para nós. Nós encontrávamos uma dificuldade. Um dos principais desafios que nós vamos ter, de fato, reside na formação dos professores. Eu costumava visitar as salas de aula, conversar com os alunos e perguntar sobre o conhecimento deles: de que tipo de música eles gostavam, o que eles gostavam de fazer. Nunca, em nenhuma das vezes em que eu falava com o professor, o professor não sabia nem o tipo de música preferido pelos alunos. Isso é resultado da especialização: o professor entrava na sala de aula para dar química e não sabia mais nada do que acontecia.

Eu acho que esse é um risco que nós temos também na formação técnica. Eu estou saindo um pouco do assunto, já volto a falar sobre biblioteca. O que nós precisamos, como resultado da educação, na minha opinião, é de um conteúdo mais geral, mais amplo, da sociedade, e não um conteúdo específico. Nem as próprias empresas querem este tipo de profissional que não compreende o geral que norteia a sociedade brasileira.

Por isso, como sugestão, eu estou, através da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, fazendo projetos e tentando convencer prefeitos e governadores de transformar as bibliotecas — eu sei que o Ministério também entende isso — escolares em bibliotecas públicas. Nós temos grandes desafios em relação a isso. Os professores dizem que já ganham muito pouco, que não conseguem nem se manter e que vão ter que trabalhar no fim de semana. Nós temos que pensar projetos que fortaleçam e incentivem esse processo, para que



tenhamos um espaço de conhecimento que não seja apenas a sala de aula, mas também a biblioteca.

É essa a minha reflexão e o meu questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

O próximo orador é o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes, demais integrantes da Mesa, prezado Ministro, companheiro de docência, do movimento docente! Eu me integro a uma bancada de Deputados que têm a oportunidade de exercer o terceiro mandato. Portanto, nós fazemos parte de uma bancada que passou, na década, pelo fim do FUNDEF, pelo início da década do FUNDEB, pelo processo de discussão e de aprovação da Lei do Piso, pela vitória da Emenda nº 59, que extinguiu a incidência da DRU no financiamento da educação e que definiu a obrigatoriedade das matrículas para alunos de 4 a 17 anos. Enfim, uma bancada que teve a oportunidade de passar aqui pela década do primeiro Plano Nacional de Educação.

Em 2007, Ministro, numa reunião como esta, com o ex-Ministro Fernando Haddad, nós registrávamos as iniciativas, as providências, os avanços que são refletidos nas medidas que, inclusive, o Ministro traz aqui à nossa consideração, mas também um conjunto de passivos a que nós ainda não conseguimos responder.

Desde então, na discussão das conferências que antecedem a CONAE de 2014, eu inseri na agenda a iniciativa de percorrer todo o Estado, mais de 20 Municípios, para realizar conferências na Zona da Mata, no Agreste, no Sertão, na Região Metropolitana.

Algumas questões precisam ser consolidadas. Primeiro, nós precisamos construir o conceito de rede única de educação básica. O sentimento é que as secretarias estaduais de educação não são secretarias estaduais de educação, são secretarias de ensino médio na educação básica em cada uma das unidades da Federação. Isso fez com que nós tenhamos sido incapazes de responder ao elevado percentual no meu Estado: 9,1%, o segundo pior índice do Nordeste, de crianças e jovens de 4 a 17 anos, em pleno século 21, na segunda década, fora das salas de aula.



Por que nós defendemos a rede única, a compreensão de uma rede de monitoramento de busca ativa? Porque o passivo que não é atendido pela educação fundamental sob a gestão dos Municípios se transforma numa bola de neve, não só do ponto de vista da privação do acesso educacional no ensino médio para agentes estaduais, mas também daquilo que eu tive a oportunidade de publicar agora: o extermínio dos jovens, o mapa da violência. O documento relativo à violência entre jovens e adolescentes publicado pelo IPEA há cerca de 2 meses é uma denúncia contundente da inoperância das redes, no sentido de assegurar aquilo que já é norma constitucional: a obrigatoriedade da matrícula dos 4 aos 17 anos.

Então, no campo dos ativos e das iniciativas, nós temos uma produção incessante de insumos e uma produção incessante de incentivos, exatamente para responder a essa precarização da docência, a essa desestimulação do docente, desde a opção pela escolha de uma licenciatura — eu falo como professor do curso de licenciatura em universidade. O fato é que nós não estamos conseguindo responder à avaliação destes instrumentos.

Um dos graves passivos que nós acumulamos, de 2001 a 2010, foi termos abandonado, no meio do caminho, um plano nacional com metas qualitativas, quantitativas e estratégicas. Estamos há 4 anos sem um plano nacional. É como se ele não fosse necessário ao País.

Nós estamos fazendo uma parte do processo, mas não estamos definindo que instrumentos teremos para avaliar as consequências dessa profusão de iniciativas, seja insumos de incentivos financeiros à docência e ao estudante de graduação, seja insumos tecnológicos para as escolas. Isso está gerando uma opção preferencial para Governadores de Estado e Prefeitos de entrarem na era da espetacularização das tecnologias.

Há, nas cidades no País, Governos de Estado que distribuem *tablet* para alunos da 6ª à 9ª séries. Distribuir *tablet* para alunos do ensino médio e *notebook* para professor virou política de educação! Nós já vivemos essa era lá atrás, quando o Brasil foi invadido por parabólicas, televisões de marca cineral e aparelhos de VHS. Gastou-se uma fábula com insumos tecnológicos, e não se percebeu que muito desse investimento foi jogado fora, porque não se parte daquilo que a própria



legislação educacional assegura, ou seja, LDB, arts. 12, 13 e 15 — construção do Projeto Pedagógico da Escola.

O Governo Federal incentiva um Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Mas me parece que isso não se encaixa quando se trata da transformação da escola numa unidade de educação. A profusão de iniciativas que visam responder a essas demandas não é acompanhada, coerentemente, pelas redes estaduais e municipais, pela construção das atribuições que a LDB assegura. Quem vai avaliar o resultado dessas medidas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal?

Nós entendemos que essas medidas só podem ser consistentemente avaliadas se estiverem incorporadas num programa de metas. O fim disso tudo não é só trazer às escolas o mundo da tecnologia, o mundo da mídia, da inserção digital. O fim disso tudo é melhorar os indicadores da educação no Brasil, de acesso, permanência, qualidade e desempenho. Como é que nós estamos avaliando isso?

Há uma multiplicidade de programas, de tal modo que a gente tem até dificuldade em poder acompanhar. A gente olha a desigualdade dos indicadores apresentados pelos Estados: cinco ou seis regiões se dividem, embora todas sejam unidades da mesma Federação.

Portanto, parece-me que a gente precisa fazer um esforço para que o Senado da República acelere a aprovação do Plano Nacional de Educação, para que todas as iniciativas que estão sendo tomadas pelo Governo, que fazem parte desse conjunto de providências meritórias, como dissemos em 2007 ao Ministro Haddad, sejam incorporadas às metas e às estratégias de um Plano Nacional de Educação decenal, até porque nós vivemos um conflito.

Nós estamos alavancando o investimento, o acesso à educação profissional e à formação tecnológica num país que está se desindustrializando, num país que não tem mais Plano Nacional de Desenvolvimento — tem Programa de Aceleração do Crescimento, mas não se consegue executar nem sequer 50% das suas metas. Mas não temos Plano Nacional de Desenvolvimento.

Eu perguntei há pouco, no Encontro Nacional de Estudantes dos IFETs em Pernambuco, qual era a perspectiva para que esses egressos das redes federais de educação tecnológica adentrassem o mercado de trabalho, porque o PIB não



crece, a indústria de transformação perde, progressivamente, espaços na economia e no desenvolvimento, porque não há sintonia entre o que pensa e propõe a equipe de educação e o que pensa e propõe a equipe econômica. São dois entes caminhando por duas estradas diferentes.

Então, eu gostaria de reiterar aqui que a defesa da aprovação e da execução, sob o controle e a avaliação do Plano Nacional de Educação, não é algo que possa ser desconsiderado. Isso não quer dizer que o Governo não esteja acertando quando toma todas essas iniciativas. O Governo parte de um amplo diagnóstico que está tendo resposta para tudo. A questão é se essas respostas vão ser acompanhadas por sistemas de avaliação para que isso possa ser objeto de uma aferição adequada do desempenho.

Nós já passamos, em outras épocas da economia brasileira, há 40 anos, pela época do milagre. O Brasil atingiu taxas de crescimento, várias regiões do País foram atingidas por um processo de desconcentração da industrialização. Hoje é o contrário.

Então, Ministro, eu reitero que é muito importante a sua palavra junto ao Senador José Pimentel, que é o Relator do PNE no Senado. É muito importante a sua presença junto à Comissão de Educação, junto ao Presidente do Senado, para que nós aproveamos o Plano Nacional de Educação. Sem isso, os Estados não vão deflagrar o processo de consolidação dos seus planos estaduais.

Para concluir, Sr. Presidente, nós tivemos, em 2010, 17 Estados da Federação sem Plano Estadual de Educação e 95% dos Municípios sem Plano Municipal de Educação. Eu parto do princípio de que quem não tem plano não tem diagnóstico e é regido pela lei da inércia. Aí cada um faz o que quer, quanto quer, do jeito que quer, pelo que quer, ou seja, Governadores e Prefeitos gastam fábulas com *notebooks* e *tablets*, sem que isso esteja inserido em nenhum projeto pedagógico. É a espetacularização, a idade da mídia, sem nenhuma avaliação de como isso vai melhorar a docência.

Há uma última questão. Eu acho que a gente tem que ter cuidado com as críticas que estão sendo feitas por várias fontes aos currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia. Há muita gente no campo privatista que quer precarizar os



currículos com esta conversa de que há um excesso de disciplinas teóricas e que as pessoas se formam e não sabem dar aula. Docência se aprimora sendo docente.

É inadmissível que se queira precarizar a formação do docente, do ponto de vista de todas as conquistas, da necessidade da formação na área de Ciências Humanas, em troca de um “currículo prático”, entre aspas. Eu sou professor de prática de ensino. Precisamos ter muito cuidado com isso porque, durante um período, precarizou-se a expansão da oferta de vagas nas universidades públicas, e hoje é imensa a oferta de vagas nas licenciaturas e na pedagogia, sobretudo nos cursos de pedagogia, pelo campo da educação superior privada. E o que esse grupo quer são currículos mais modestos, cursos mais ligeiros, mensalidades mais baixas e custos menores, para poder vender diploma a rodo, sem nenhum compromisso com a qualidade da formação docente cuja incidência não é só ter criança na escola, mas gerar educação de qualidade para gerar outro modelo de desenvolvimento para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Newton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar todos da Mesa, particularmente o Ministro Mercadante, companheiro e amigo de tantos anos, militante da causa da educação e da inovação.

Gostaria de dizer, Ministro Mercadante, que eu fui privado de comemorar com V.Exa. os *royalties* do petróleo porque estava no exercício da Presidência da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL — PARLASUL, função que o amigo já ocupou em outros tempos como Senador, e acompanhei a Presidenta Dilma à posse do Presidente do Paraguai, na tentativa de reinstalarmos o Parlamento. Por isso, não pude comemorar com V.Exa. aquele que foi, sem dúvida, um dia histórico que envolveu e emocionou a todos nós.

Eu reputo que os dois movimentos mais importantes desta década para ampliar o financiamento da política pública mais estratégica do País foram, sem dúvida, a derrubada da Desvinculação de Receitas da União — DRU, voltando aos 18% da Constituição de 1988, o que permitiu este salto extraordinário, que o amigo Ministro nos mostra, de 200% no Orçamento do Ministério da Educação. Esse instrumento — não apenas ele — foi fundamental, foi absolutamente decisivo. A



vontade política do Presidente Lula e da Presidenta Dilma em alimentar os nossos orçamentos desta política estratégica certamente está por trás de todo esse avanço.

Mas o segundo grande salto V.Exa., Ministro Mercadante, deu não só ao construir o processo de negociação e comandá-lo. Quero registrar aqui pela primeira vez em público a capacidade de formulação que o Ministro Mercadante teve, ainda Ministro da Ciência e Tecnologia, para que nós não cometêssemos, neste País, a irresponsabilidade que outros países cometeram. V.Exa., quando Ministro da Ciência e Tecnologia, sempre citava os casos da Venezuela e da Noruega para que o recurso do petróleo finito não fosse consumido, incinerado, em custeio qualquer por Governadores e Prefeitos.

Isso ensejou, quando nós introduzimos na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação a discussão do tema dos 10% do PIB, ao final de uma década, a pergunta do Governo, corretamente colocada: *“De onde vai sair esse dinheiro?”* E o Ministro Mercadante, já como Ministro da Educação, nos possibilitou levantar a bandeira, naquele momento, dos 50%, percentual que logo depois a Presidenta Dilma dobrava, com o apoio da Campanha Nacional pela Educação, de todas as entidades, da nossa bancada e do nosso Núcleo — e não quero abrir mão de falar sobre isso, porque nós do Núcleo de Educação do Partido dos Trabalhadores tivemos um papel fundamental na construção desse processo.

O fato é que hoje o País tem uma legislação que não garante todo o recurso necessário para atingirmos aquilo que o Plano Nacional estipula, mas, certamente, garantimos um avanço extraordinário na consolidação da nossa porcentagem, em relação à educação, no PIB.

Então, eu quis colocar isso nesta primeira oportunidade que tive, Ministro Mercadante, no âmbito da Comissão da qual sou membro. E quero ressaltar e registrar, de pronto, também, a partir da fala de V.Exa. sobre as medidas para o ensino médio, a profusão e o elenco de ações e iniciativas abrangentes e articuladas do Ministério da Educação. Como disse o Deputado Wilson Filho, Relator, parece que V.Exa., de fato, acompanhou os nossos debates, as nossas audiências públicas, porque tais medidas vêm ao encontro do espectro amplo de ações que precisam ser feitas para respondermos a este maior desafio que é o fortalecimento da educação média e educação básica, nesse grau de ensino.



Eu quero tratar de um tema que não foi tratado aqui, qual seja o de enaltecer a perspectiva de, nesse elenco, termos o programa Busca Ativa, para não deixarmos nenhum estudante para trás, na mesma relação do Brasil Sem Miséria. O Busca Ativa servirá para resgatarmos as pessoas mais miseráveis, que estão numa situação de maior degradação econômica e social. E o Governo da Presidenta Dilma lançou esse desafio de erradicar a miséria absoluta na construção de um Brasil sem pobreza. E V. Exa., Ministro, nosso companheiro, coloca essa proposição.

Há uma outra proposição inovadora do Quero Ser Professor, Quero Ser Cientista, mas todas essas ideias só darão resultado se nós, no meu entendimento, Ministro, enfrentarmos um tema que preocupa a todos, que é como chegar a essa população jovem que, além da rebeldia natural própria da idade, ainda hoje, no Brasil — pelo fato de ter havido uma exclusão durante muitos anos — tem-se associado a um grau de desconfiança importante, com uma linguagem própria — a qual vimos inclusive em várias manifestações — e que nos convida a perguntar: como é que nós vamos disputar — como o Ministro disse, que é uma situação complexa — com o tráfico de drogas o jovem socialmente vulnerável?

E aí, Ministro, eu queria propor uma reflexão, porque à esquerda de V.Exa. nós temos um Deputado que nos ajudou, e ao Governo brasileiro, a construir uma política pública em que se pode, quem sabe, encontrar a resposta a essa pergunta, que é o Estatuto da Juventude. E digo por quê? O Estatuto da Juventude, de todas as virtudes que tem — e algumas delas a imprensa destacou, sem dúvida, como as mais importantes, embora eu não as considere assim, a exemplo da meia-entrada, com 40% das entradas reservadas aos jovens —, a mais importante é a ideia de que todos os Municípios brasileiros tenham os seus Conselhos Municipais de juventude.

Reginaldo, foi nisso que você trabalhou. E eu penso, Mercadante, que, a exemplo das políticas de preservação do patrimônio das escolas públicas nas periferias — que eram e ainda são alvo de depredações, quando não assumidas pela população local, pelos moradores do bairro, pelos moradores da região, que as protegem do vandalismo, da degradação —, para que nós possamos ter sucesso nessas políticas do ensino médio e convenceremos o menino a voltar para a escola, além de tudo que já foi apresentado meritoriamente, é preciso envolver os Conselhos Municipais de Juventude, porque a juventude tem a conversa, a



linguagem que, talvez, nós adultos não consigamos atingir, pelo conjunto de modificações que a sociedade mundial atravessa.

Então, me permita propor, para que seja levada à consideração do Ministro de Estado da Educação, que essa política pública toda esteja articulada com a recente lei sancionada pela Presidenta Dilma, do Estatuto da Juventude, que tem instrumentos importantes de envolvimento dos jovens brasileiros no protagonismo das ações sobre os jovens brasileiros socialmente vulneráveis.

É essa a minha contribuição. Gostaria de ouvir V.Exa. e de parabenizar o Deputado Reginaldo por essa conquista também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Newton Lima.

O próximo orador é o Deputado Sibá Machado; depois, a Deputada Margarida Salomão.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo, Deputado Wilson Filho, que tem uma tarefa hercúlea de apresentar esse trabalho ao nosso País e a todos os interessados no assunto, primeiramente, quero saudar o Ministro Aloizio Mercadante e fazer minhas as palavras apresentadas aqui pelo Deputado Newton Lima.

Também já conheço o Ministro de algum tempo, desde a época em que S.Exa. ajudava na elaboração dos textos da área de economia da CUT, desde a base, da fundação. Não quero chamar o Ministro de velho, mas estou dizendo que ele está desde cedo na tarefa. É um jovem há mais tempo. *(Risos)*.

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Você foi mais longe que eu.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Querida Maria Nilene, preciso conversar com a senhora sobre algumas questões que dizem respeito ao PL nº 2.177, que quer ser o Código Nacional de Ciência.

Ministro, eu queria falar um pouco de uma reflexão que a gente viveu com uma história recente do nosso Estado e, a partir disso, tentar colaborar com as minhas impressões e expectativas sobre essa matéria.

Quero falar da qualidade do ensino. Eu acompanho um pouco o debate da categoria profissional, que sempre prima, como já foi abordado por alguns aqui, pela



carreira profissional, o salário, as condições de trabalho e tudo o mais. E, quando a gente pensa nos outros fatores que empurram a qualidade do ensino, há certa pobreza na discussão no que diz respeito ao grande número de instituições que representam a categoria profissional.

Em 1999, quando o Jorge assumiu o Governo, o Acre era o 27º Estado brasileiro em qualidade de ensino. Nós até falávamos, em tom de brincadeira, que estávamos na “rabagésima” colocação em qualidade do ensino. E, dentre as coisas que foram colocadas, pensou-se no plano de carreira, na melhoria do valor salarial do profissional, no refazimento das escolas, na construção de prédios novos, na questão de climatização e no acesso à Internet. E o que mais nos chamou a atenção, Ministro, foi que — eu não lembro o número — o número de professores da rede pública do Estado do Acre com nível superior era muito baixo. E o Governo trabalhou ao longo desses anos para que 100% do setor tivesse nível superior, graduação.

Recentemente, a partir deste mandato, eu tenho levantado um segundo ponto, que é: muito bem, nós até aqui gastamos "x" milhões de reais e conseguimos que 100% dos professores hoje têm nível superior no Estado do Acre. Quanto custaria para chegarmos, por exemplo, em 2020, com um número mínimo de mestres? Qual é a meta para mestres e doutores?

Aí eu já estendo a minha primeira sugestão: quantos mestres e doutores poderemos pensar em ter no ensino fundamental e no ensino médio brasileiro até o ano de 2025, por exemplo?

A segunda coisa é que, junto a isso, está a questão dos instrumentos de trabalho, dos equipamentos, das novidades que estão sendo colocadas na sala de aula.

Pedi um levantamento das companhias telefônicas e da Secretaria de Educação sobre quantas escolas de zona rural ou quantas escolas do Estado do Acre ainda não têm sequer um ponto de Internet? Há que se saber quantos pontos de Internet são necessários, quanto custa isso, para chegarmos, em não sei quanto tempo, a 100% das escolas do Estado do Acre com pontos de Internet.

Há também a questão do instrumento *versus* criatividade. Aí eu fico me lembrando — porque eu estou lendo muitas histórias de grandes pensadores — das



histórias de Eratóstenes, que mediu o planeta Terra com um instrumento que havia na época, e ele errou por pouco. Então, às vezes, a gente diz que, se não chegar o computador do tipo A, se não chegar o instrumento do tipo B, a escola não vai poder produzir conhecimento ou coisa parecida.

Sobre isso, há uma experiência minha. Tenho dois filhos. Desde cedo, a gente conseguiu que o Daniel participasse de algum tipo de bolsa de iniciação científica. Esse menino logo nos tirou uma preocupação e, hoje, está iniciando um doutorado em Química Quântica aqui na UnB. E, ainda, já dentro do Programa Ciência sem Fronteiras, no ano que vem ele estará nos Estados Unidos, numa escola lá que eu não sei o nome.

O Diego, que não passou por nenhuma iniciação científica, está começando agora uma faculdade de Engenharia Elétrica, mas sofreu mais do que, como se diz, "pé de cego em caminho novo", porque não tinha aqueles elementos que o curso, às vezes, requer.

Então, pensando na campanha Mais Engenheiros, na campanha para que haja no Brasil mais pessoas fazendo ciência e essas coisas mais, eu fiquei aqui preocupado com o seguinte: como é que poderíamos estender ao conjunto do ensino médio brasileiro uma espécie de iniciação científica obrigatória dentro de sala de aula? Com isso, o programa de formação de mais mestres e mais doutores para serem professores nos ensinos médio e fundamental poderia ter uma espécie de um mestrado e um doutorado multidisciplinar, diferente da regra original que nós estamos vivendo hoje. Como não seria necessário ao aluno aprofundar-se demais em uma determinada disciplina, em um determinado conhecimento, talvez houvesse um tempo para ele navegar sobre um conjunto maior. Isso poderia ser oferecido como indução ao jovem e à criança que está saindo do ensino fundamental e do ensino médio.

Por fim, há o problema do vestibular. Quando tive a grata satisfação de conviver com V.Exa. no Senado Federal, eu apresentei, por indução de um companheiro nosso, proposta para o fim do vestibular e, em seu lugar, a instituição do sorteio.

Disseram-me que, quanto à população brasileira, partir de 2035, o número de jovens e crianças vai diminuir em relação ao número de pessoas com idade superior



a 50 anos. Então, se vai diminuir a quantidade de jovens no Brasil, não seria o caso de pensarmos em algo, a partir de 2030, o Brasil não tivesse vestibular. Dessa forma, poderíamos, numa linha da ampliação da qualidade do ensino fundamental e médio, ter o ensino a distância com muito mais condições. E, se vamos ter pontos de Internet em todas as escolas, não seria interessante fazer um *link* geral dessa meninada para que nós tenhamos um número de vagas para o ensino superior muito próximo do número de concludentes do ensino médio ou coisa parecida?

Então, no curto, médio e longo prazos, eu imagino que, aproveitando que a educação vai receber uma boa parte dos *royalties* do pré-sal, pudéssemos trabalhar uma meta para o Brasil ou algo assim, por meio da qual não vincularíamos apenas aquilo o que é a base desta Comissão Especial.

Podemos colaborar com o MEC e com V.Exa., para pensar o Brasil para depois de 2030 também, como está colocada a ideia do pré-sal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Sibá.

A nossa última oradora é a Deputada Margarida Salomão.

**A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO** - Obrigada, Presidente Reginaldo.

Prezado Ministro Mercadante, lamento ter saído durante a sua fala, porque, infelizmente — e o Ministro sabe disso —, a presunção na Casa é a da ubiquidade, ou seja, de que nós tenhamos essa capacidade divina de estar em dois locais ao mesmo tempo. Então, o Deputado Sibá me tirou daqui e, infelizmente, eu não tive como ouvir até o fim a sua fala, mas sei que será disponibilizada depois.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e, cumprimentando-o, cumprimentar o nosso Governo pelo extraordinário salto educacional que o Brasil experimentou nestes 10 anos. Os números falam por si. Qualquer pessoa que não esteja tomada por um sentimento de negatividade mórbida será incapaz de negar que o que nós temos aqui é um avanço astronômico, é um avanço incomparável, se nós pensarmos, inclusive, em outras nações fazendo isso num prazo tão curto, num prazo tão compacto.



É lógico que temos muitos problemas a enfrentar, inclusive a desigualdade regional. O Deputado Sibá estava aí exemplificando essa situação, e outros já falaram a respeito disso.

Em segundo lugar, eu queria mencionar o seguinte: a crise no ensino médio, mesmo tendo, no Brasil, características específicas, é um fenômeno mundial, porque nós estamos vivendo um processo fortíssimo de mudança cultural, inclusive pelo embarque das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso está impactando o mundo inteiro. Então, a maior potência econômica do mundo, que é também a maior potência científica, tem o seu ensino médio, neste momento, sob fogo de barragem. Eles estão pensando em mudar, em renovar, porque aquilo que funcionou tão bem nos últimos 30 anos não está funcionando mais. Então, eu acho que isso também é parte do quadro que nós estamos vivendo.

Por último, porque eu também sou generosa e sei como o Ministro já está "rouco" de ouvir, o que eu queria apenas destacar é o seguinte: eu penso que os problemas mais persistentes que nós enfrentamos: a dificuldade de manter o menino na escola, a aula chata, a necessidade de trabalhar na busca ativa daqueles que são *dropouts* realmente, tudo isso decorre do papel estratégico da docência, uma docência que precisa inclusive ser rejuvenescida, para que possa, de forma mais natural, trabalhar com as tecnologias de informação e comunicação. Isso não vai ser feito nem com a geração do Reginaldo.

Essa familiaridade com os meios que hoje são os meios naturais da Mídia Ninja, do Fora do Eixo, ou de qualquer coisa dessas, serão dos nossos alunos na escola, dos nossos alunos nas faculdades. Eles são os que vão poder lidar com essas tecnologias de uma forma mais adequada e mais inteligente. E aí é muito difícil, por conta da desprofissionalização do magistério, inclusive nos Estados, onde de está precarizando o magistério.

Uma forma hoje de se recrutar professores em Minas Gerais é por tempo de experiência. Então, estou recrutando os mais idosos, aqueles que já se aposentaram e voltam. Muito bem, eles têm a prática acumulada; por outro lado, eles estão cada vez mais distantes daqueles que educam.

E eu penso que essa desprofissionalização está presente exatamente nas falhas que nós temos em Matemática, Física, Química e Inglês, que são as áreas



mais dinâmicas de recrutamento do mercado. Quem é bom em Matemática, Física, Química ou Inglês não vai querer ser professor. Então, isso não é culpa das faculdades. Elas estão formando como podem aqueles que querem ser professores, mas é um número cadente. E nós sabemos, inclusive, que as faculdades particulares estão fechando os cursos de Magistério, as licenciaturas. Quem está formando professores mesmo são as instituições públicas.

Então, eu acho que isso tudo leva à necessidade de nós aprovarmos mesmo o PNE o mais rápido possível, porque, sem um atrativo para a carreira da docência, nós não vamos poder fazer isso que o Deputado Sibá mencionou, por exemplo, a iniciação científica obrigatória no ensino médio. Na verdade, iniciação científica obrigatória demandará uma mudança pedagógica no ensino médio. Se eu transformo a aprendizagem no desenvolvimento de um projeto, isso é iniciação científica. Isso não é para alguns; isso tem que ser para todos. Mas, para isso, eu preciso ter outros professores, mais motivados, mais atualizados e mais apaixonados, para poder dar conta desse recado.

Então, era isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigada, Deputada Margarida.

Chegou, por último, o Deputado Costa Ferreira. A gente já tinha encerrado as inscrições, mas vou conceder 1 minuto a S.Exa.

**O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA** - Eu agradeço a gentileza de V.Exa. A minha intervenção vai ser muito sucinta.

Sr. Ministro, quero inclusive parabenizar V.Exa. pelo trabalho primoroso, admirável, que tem feito à frente do Ministério da Educação, procurando fazer, de uma maneira bem adequada, com que o ensino brasileiro se modernize.

A minha intervenção é só no sentido de dizer que o ensino infantil e o médio devem, de acordo com o que falou a professora, ser repensados. Por quê? Porque, diante de novas tecnologias, do avanço tecnológico e do desenvolvimento que nós estamos vivendo, essa grade curricular, esse plano de curso e essa carga horária têm que ser revistos. É claro que V.Exa., que é um visionário e está querendo fazer o melhor possível em prol da educação nacional, está contribuindo e vai contribuir para que isso ocorra no menor espaço de tempo.



Seria essa a nossa ligeira intervenção no assunto que está ora em debate na nossa Comissão. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao nosso Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - É muita coisa. Eu vou tentar dar respostas bem objetivas, começando pelas indagações do Presidente Reginaldo sobre a questão do currículo.

Eu tenho muita simpatia por abrir um debate amplo sobre essa questão. Por exemplo, eu me lembro de que, quando eu fiz, à época, o chamado “colegial”, nós tínhamos a articulação do currículo em três áreas de competência: exatas, humanidades e biológicas. Isso permitia a existência de disciplinas básicas, mas havia uma concentração de optativas que já dialogavam com a vocação de cada estudante. Eu vejo isso como uma possibilidade que a gente devia abrir com liberdade, refletir. O Conselho Nacional de Educação poderia tratar desse assunto com profundidade. Eu vejo isso como uma possibilidade.

Também se poderia abrir espaço para essa articulação entre o ensino propedêutico e o ensino técnico profissionalizante, não para todos, mas para todos que desejarem. É preciso abrir essa opção, porque há muitos jovens que querem, tanto que nós abrimos agora, subsequente, para quem já concluiu o ensino médio, 240 vagas. Tivemos 380 mil inscritos em 5 dias, sem nenhuma publicidade importante. Então, há uma grande demanda pelo ensino técnico, o que é muito positivo do meu ponto de vista. E essa é uma opção de cada um. Então, eu acho que nós temos de ter flexibilidade para fazer uma escola mais atrativa.

Em relação à questão do Relator — e sobre o currículo eu já tratei —, concordo integralmente que é preciso preparar para a vida, e preparar para a vida é preparar para o trabalho, é preparar para a cidadania, é preparar para a ciência. Então, a complexidade do sistema educacional está em abrir todas essas dimensões. Eu vejo que a deveríamos, sim, abrir essas opções, porque nós não podemos continuar com um ensino médio cuja estrutura curricular é uma enciclopédia, em que o menino tem de 13 a 19 disciplinas. Isso dificulta muito a integração e a articulação dos conteúdos. Nós precisamos fazer uma revisão curricular, como nós dissemos.



Em relação à questão da nossa Deputada Marinha Raupp, eu acho que a recomendação para Rondônia é de fato inserir a demanda no PAR, no ensino à distância. Nós temos uma experiência de ensino médio com mediação tecnológica, por exemplo, no Amazonas, inspirado no *Telecurso*, que tem ajudado muito. Você citou a experiência, e eu acho que ela é totalmente adequada às necessidades de Rondônia. Nós poderíamos estar no guia tecnológico do MEC já há muitos anos e dar todo o apoio para essa possibilidade de fortalecer o EAD.

E vejo com muita simpatia a ideia de usar a ociosidade das escolas municipais. Seria uma bela parceria que você poderia ajudar a construir, já que você está como gestora, coordenando os gestores no Estado. Talvez seja uma agenda boa de complementaridade a de usar melhor a estrutura que nós temos, enquanto não temos toda a estrutura para a educação, como nós desejamos.

Em relação à questão da Deputada Iara Bernardi, nós reajustamos o piso nos últimos 3 anos, em 64%. E tem que ser discutido que os Estados e Municípios nem sempre conseguiram ter um aumento de receita proporcional ao crescimento do reajuste salarial. E esse é um tema que precisa ser debatido com transparência e profundidade.

A própria CNTE reconhece essa questão, tanto que propôs, junto com a UNDIME, em vez de darmos o reajuste nominal do piso, darmos metade do reajuste nominal mais o IPCA. O CONFAZ, a Secretaria e os Governadores estão propondo metade da variação real, descontada a inflação do FUNDEB mais o IPCA. Então, pelo menos, todas as propostas são de aumento real. Eu acho que a Câmara deveria se debruçar sobre esse assunto.

Para a melhora no financiamento, não basta colocar simplesmente na lei que vai haver mais recursos, se não for definida a fonte de financiamento. Vou repetir o que eu já disse várias vezes: é fácil fazer um Tratado de Kyoto; difícil é cumprir. No papel, cabe qualquer coisa. Há gente que pensa que basta escrever no papel que vai acontecer. Não vai acontecer. A Constituinte escreveu há 25 anos que a taxa de juros não poderia ser superior a 12%. Nunca foi inferior a 12% enquanto estava na Constituição e hoje é inferior. Então, é a política econômica, fonte de receita concreta, que evita que a gente faça um PNE que vire um Tratado de Kyoto, em que todo mundo concorda e depois não consegue cumprir. Eu acho que é preciso um



debate transparente, sério, que garanta o crescimento real, progressivo, sustentável do salário dos professores e que a gente melhore cada vez mais o financiamento, a exemplo da política de *royalties*.

A Deputada Fátima citou o caso do Estado dela, que está atrasado no Brasil Profissionalizado, mas eu posso citar o Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina, entre outros Estados, em que o programa está muito avançado. Então, depende do ritmo que o Governo Estadual dá, da prioridade que deu e da parceria que construímos, mas o MEC está sempre disposto a apoiar de forma republicana.

Eu concordo integralmente com o Deputado Artur Bruno, com relação ao currículo e à formação dos professores. A prova didática é também uma bela contribuição a colocarmos; e, no currículo, como eu disse, talvez esse diálogo entre humanidades, ciências exatas e ciências biológicas possa ser um caminho para repensarmos a estrutura.

Deputado Celso Jacob, em relação à UAB, nós já temos o PARFOR para os professores. Eles podem se inscrever nos cursos à distância. Nós já temos 54 mil inscritos no PARFOR, estamos reforçando isso. E a ideia é chegar a todos os Municípios, para poder ter os polos e ampliar as vagas desse que eu acho que é um excelente curso testado e fortalecido.

Em relação ao PRONATEC, o setor particular, as faculdades, para entrarem no SISUTEC, têm que ter nota acima de três e têm que ter um curso de graduação que tenha sinergia com a oferta que ele vai fazer do curso técnico. Como eu disse, se for Ciência da Computação, ele pode fazer o curso em Tecnologia da Informação.

Quem certifica a instituição é a rede de Institutos Federais de Educação, mas eles estão trabalhando com muita intensidade, tanto que nós ofertamos 200 mil vagas agora e, até o final do ano, vamos ampliar significativamente. O setor privado está muito motivado e pode se inscrever através do Portal do MEC, verificar as condições e fazer a sua oferta, que nós temos todo o interesse em ampliar o PRONATEC e o ensino tecnológico.

O Deputado José Stédile disse que a educação é o maior desafio do País. Eu concordo integralmente, é o desafio mais importante e histórico. E o Deputado disse ainda que estava nas minhas mãos. Não! Eu acho que está nas nossas mãos, não



só desta Comissão e deste Congresso, mas também dos secretários, dos gestores, dos diretores, das famílias, quer dizer, essa é uma tarefa em que nós precisamos estar todos convergentes, trabalhando em parceria. Eu sei que o espírito da intervenção dele foi nessa direção.

Agora, eu queria chamar atenção sobre algumas afirmações, não que algum Deputado as tenha feito, mas é algo que está implícito em algumas preocupações — e a Deputada Margarida foi exatamente na direção oposta —, que tratam dos indicadores de qualidade de vida, a exemplo do IDH, que mede longevidade, saúde, renda, critério de emprego, salário e educação. E o PNUD da ONU diz que o Brasil é um dos países que deu o maior salto histórico nessas últimas duas décadas, cresceu 47,5%. Nós tiramos 85% das cidades brasileiras que estavam com o IDH muito baixo e hoje temos 0,6%, isso para mostrar o que fizemos em duas décadas.

O que explica o aumento do IDH? O que eu li em alguns jornais é inacreditável, porque ali é um cálculo geométrico, não é um cálculo aritmético, são três indicadores. O que explica a média de 47,5% de melhora no IDH? Alguns tentaram dizer que foi a longevidade. Ora, a longevidade cresceu 23%; o indicador de renda cresceu 14%; o da educação cresceu 128%. É evidente que não pode ser nem a saúde e nem a renda, só pode ser a educação que puxou a média. Quando a gente faz o cálculo geométrico, a educação explica 71% da melhora do IDH do Brasil nas últimas 2 décadas.

Portanto, a melhora do desenvolvimento humano no Brasil, o carro-chefe, quem liderou, quem puxou, quem assegurou foi a educação, o que explica os 71%. Então, o Brasil fez um avanço muito grande do ponto de vista do acesso do fluxo, da melhora nos indicadores. Um exemplo é que tínhamos 37% das crianças de 5 a 6 anos na escola há 20 anos; hoje nós temos 91%. Foi um esforço extraordinário que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira teve nessas décadas para poder chegar a esses resultados.

Outra coisa que eu queria chamar a atenção é para o seguinte: *“Bom, mas os resultados das escolas públicas não são tão bons”*. Uma questão também que precisamos discutir é que, quando se olha a média do ensino médio público, ela é inferior ao ensino privado, só que o ensino privado tem 12% das matrículas, e o ensino público tem 88% das matrículas. No entanto, se a média é inferior, o topo da



escola pública é tão bom ou melhor do que o da escola privada. E onde estamos demonstrando isso e quebrando todo o preconceito? Nas cotas, porque, na nota dos cotistas e não cotistas, a diferença é de 3%, 4%, 2%, 1%. Então, toda escola pública pode ser uma boa escola, e o topo do ensino médio público hoje é uma excelente escola que compete em igualdade de condições nos cursos de maior competitividade do ENEM e do vestibular com a escola privada. Houve não só massificação — 5 milhões de alunos a mais —, como houve uma melhora qualificada, heterogênea, que não está em toda a rede, mas está numa parte importante da rede, e os resultados do ENEM demonstram isso, não só do ENEM, do Ciências sem Fronteiras também.

Deputado Paulo Rubem, a primeira questão que eu queria dialogar contigo: você tem uma militância — e nós já nos conhecemos há pelo menos 33 anos — na educação. Então, já é algum tempo. O seu *tablet* está aí na sua frente, que é uma tecnologia de ponta, inserido na Internet, podendo “googlar”, levantar um discurso com todas as informações. E a há quem diga que a tecnologia na sala de aula é desperdício.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Eu sei que você não está, mas eu quero comprar essa briga aqui. O *tablet* nas mãos do professor, no meu ponto de vista, é um direito fundamental. Nós vivemos numa sociedade digital. Como é que o sujeito pode preparar uma aula, sem poder entrar na Internet, sem conseguir consultar o Google? Por que ele não tem o direito de receber um *tablet*? E sabe quanto custa o *tablet*, esse *tablet* tão polêmico? Custa 276 reais. Custa muito menos do que os livros que nós botamos ali dentro, muito menos do que o acesso que ele tem a 9 mil objetos pedagógicos.

Agora, quando eu ponho a Internet na sala de aula, estou enriquecendo a relação pedagógica. Se eu vou dar uma aula de anatomia, uma coisa é eu projetar um corpo humano, eu posso botar a estrutura óssea, os órgãos, o fluxo sanguíneo, tudo isso pela Internet, com os objetos pedagógicos; outra coisa é voltar à lousa e giz. Quando eu entrei, era lousa e giz. Há 250 anos era lousa e giz. Quer dizer, é a instituição que menos se modernizou. Se você observar, em qualquer outra instituição houve uma evolução fantástica, mas a escola ficou com uma estrutura



sociológica do século XVIII. O arranjo que se tem na escola é do século XVIII. Então, quando trazemos um *tablet*, ou um projetor digital, um ambiente *wi-fi*, nós estamos introduzindo a escola no século XXI. Não que a lousa não tenha o seu papel; ela o tem.

E concordo também com uma outra coisa: não podemos mitificar a tecnologia, porque ela não substitui o professor. Nada substitui o professor e a relação professor-aluno. O investimento prioritário é no professor, mas quando dou a chance de ele ter um *tablet*, para preparar a sua aula, chegar à sala de aula, levantando o que tem de mais moderno na educação, e tentar criar uma linguagem diferente, estou atraindo os alunos, porque os alunos são digitais. Este País tem 200 milhões de celulares hoje, e todos eles estão o tempo inteiro...

Outro dia eu vi uma apresentação fantástica. Um professor americano chegou a uma sala, onde havia um pessoal de 20-30 anos, de 40-50 anos e uma juventude de pouco menos de 20 anos, e perguntou assim: qual é o dedo que vocês usam para tocar a campainha? O pessoal de 20-30 anos fez assim: “É esse aqui”. (*Mostra o dedo indicador.*) A molecada com menos de 20 anos fez esse aqui. (*Mostra o dedo polegar.*) A campainha você toca assim, a minha geração toca assim. Por que eles tocam assim? O lugar do polegar já mudou na mão, pelo uso que tem hoje no teclado, especialmente do celular, nas redes sociais, nos *e-mails*, no SMS, no Facebook, tudo isso que estamos vendo.

Então, ou melhor dialogamos com essa juventude, ou nós vamos falar sozinhos. E precisamos dialogar, trazendo a escola para o mundo digital. Nós precisamos trazê-los para o mundo digital. A escola precisa acompanhar o futuro, preparar para o futuro, inclusive porque não tem uma profissão importante hoje, nem a de Deputado, que possa abrir mão de uma tela de computador. Não tem! Se você entrar num banco, se você entrar numa indústria, num escritório de advocacia, numa escola de engenharia, a informática está presente em todas as áreas mais importantes das atividades econômicas. Inclusive na agricultura, onde hoje, cada vez mais, você tem rastreabilidade do animal, você tem acompanhamento. Ou dentro de uma redação de jornal, se você não tiver esse domínio, você não consegue fazer uma matéria decente, fazer uma pesquisa ou escrever um texto. Boa



parte do que estou falando aqui já está lá na rede. Você falou, já está tudo lá, já tem a fala, a crítica, a polêmica e o debate, em geral...

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Eu já estou aqui no Facebook.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - No Facebook, o Sibazinho já está lá.

**(Não identificado)** - Portanto, o Obama já sabe tudo o que você falou aqui.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Já sabe, já sabe... *(Risos.)*

**(Não identificado)** - O Deputado Sibá foi mais vivo: foi ali, fez a mídia, tirou a foto...

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Ele já manda a mensagem dele assim: "*Caro companheiro Obama, estou...*" E aí manda embaixo e tal...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Aloizio, quero fazer só um complemento.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Pode falar.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Eu não discordei de nada do que você falou agora. O que eu estou dizendo é que nós já passamos por uma experiência de transferir para a escola e para o professor insumos tecnológicos e nos faltou, à época, e não pode faltar agora, o outro lado, que é o acompanhamento e a avaliação das condições e do desempenho desses equipamentos. É isso que muitas vezes, nos Estado e Municípios, está parando no meio do caminho.

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Eu sei, mas nisso nós temos concordância total. Por exemplo, para o Programa Um Computador por Aluno, nós contratamos 29 equipes de pesquisa pedagógica, para avaliar todos os aspectos que essa experiência está tendo. O que nós identificamos? Comece pelo professor. Se você começar pelo professor, é muito mais seguro o processo. Não comece pelos alunos, porque eles vão atropelar o professor. Então, o centro do processo, o parceiro estratégico da educação é o professor e a professora, e é com eles que nós estamos construindo essa mediação, procurando formar... Nem todos vão ter interesse, mas a ampla maioria hoje quer entrar no Google, quer fazer pesquisa, quer poder ler um texto, e isso está sendo muito bem recebido.

Eu acho que o *tablet* é uma ferramenta muito amigável. Para preparar uma aula, ele é o melhor instrumento. Já, por exemplo, para o aluno, não



necessariamente, porque, às vezes, o melhor instrumento é o computador, é o teclado, porque ele tem que escrever, vai fazer exercícios.

Segunda questão: nós concordamos integralmente com a avaliação das metas, tanto que o IDEB é isso. Nós estamos sempre olhando para essa questão da avaliação. Não há educação sem avaliação. Nós temos que avaliar a educação sempre. Agora, nós não vamos mudar o ensino médio, sem um conjunto de ações articuladas, integradas e abrangentes. Não adianta uma proposta simplificadora, porque a escola é uma estrutura muito complexa, especialmente para essa faixa etária. Como bem colocou a Reitora Margarida, hoje é um problema internacional a educação e o ensino médio. Especialmente nos países ocidentais, esse hoje é um grande desafio. Portanto, está todo mundo rediscutindo currículo, tecnologia, mobilização, relação ensino técnico-profissionalizante e ensino propedêutico. Quer dizer, esse é um grande debate que nós temos que olhar com muita atenção.

Nós já temos, na CAPES, cursos de mestrado profissionalizantes, mestrados profissionais. Nós temos o PROFLETRAS, o PROFMAT, e agora estamos lançando o PROFIS. Nós estamos fazendo uma série de programas, exatamente para os professores fazerem o seu curso de pós-graduação e continuarem melhorando na carreira. No PNE, nós temos metas de pós-graduação para toda a estrutura docente. Uma das coisas que ajuda muito é uma carreira que dê remuneração e, portanto, motive o professor a estudar, que eu acho que é um ponto bem importante.

Em relação à Internet na Amazônia, nas áreas rurais, não há resposta fácil. A única resposta possível é o satélite geoestacionário que nós estamos lançando. A TELEBRAS junto com a EMBRAER estão coordenando esse satélite, que é um satélite geoestacionário de grande porte que vai iluminar a Amazônia. Por fibra ótica, por exemplo, nós chegamos a Manaus, pela Venezuela, mas já acabou, a capacidade instalada já está superada, tamanha a demanda que explodiu em Manaus. Então, nós temos feito, com a RNP, várias redes de fibra ótica para as universidades federais e para os institutos tecnológicos. Mas atender o conjunto das escolas e a população ribeirinha só será possível, se nós fizermos dessa forma.

Outra coisa também que eu queria levantar, ainda sobre o currículo: nós estamos fazendo um seminário internacional, com o apoio da Fundação Lemann — fizemos até um seminário recente —, sobre as experiências internacionais de



currículos. Então, estamos trazendo Estados Unidos, Inglaterra, Chile e Austrália para o debate. Nós estamos analisando o que há de mais moderno em termos de discussão curricular, para refletirmos sobre o nosso avanço curricular, trazendo o acúmulo de países que tem tratado esse tema...

**(Não identificado)** - Há uma data?

**O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE** - Nós informaremos à Comissão a data. Você tem a data aí? *(Pausa.)* Será em 30 de outubro. Os Parlamentares da Comissão que quiserem participar já estão convidados.

Ainda em relação à questão da Reitora Margarida, eu queria dizer o seguinte: no caso do inglês, nós fizemos um portal que tem o melhor curso de inglês, com reconhecimento internacional, que é o My English Online, com 2 milhões de senhas, e demos para todos os estudantes que tiraram mais de 600 pontos no ENEM para o Ciências sem Fronteiras, oferecemos para todos os estudantes de graduação das universidades federais e estamos oferecendo também para todos os professores de inglês da rede pública. E fizemos um programa de intercâmbio. Mandamos agora 130 professores para os Estados Unidos e estamos mandando professores de inglês para a Inglaterra, para fazerem estágios nas melhores universidades que ensinam inglês para estrangeiros.

Então, eu acho que no caso do inglês nós vamos resolver. No caso da Matemática, da Física, da Química e da Biologia, a demanda no vestibular é de 2,8% da matrícula. É muito baixa e não cresce. Por isso, o programa Quero Ser Cientista, Quero Ser Professor. Eles são para pegar, desde o ensino médio, quem já tem alguma vocação para essas áreas. Quem já tem um bom desempenho recebeu uma bolsa, tem uma tutoria, uma supervisão, um apoio numa universidade federal. E, a partir daí, cria-se uma massa crítica mais forte que possa estimular essa opção acadêmica e de vocação.

Eu diria que sem isso a gente não conseguirá dar o retorno. Agora, nós temos uma transição. Ou seja, eu não posso, numa escola que não tem nenhum professor disponível para dar essas disciplinas. Você faz o concurso e não tem resposta. Nós precisamos construir uma resposta. Talvez uma resposta temporária, porque eu concordo integralmente que temos que pegar os jovens que estão se formando e estimulá-los. Fazer uma política provisória, temporária, com professor experiente,



para poder reforçar, naquela escola que tem um baixo IDEB, essas disciplinas que são estratégicas, inclusive porque nós vamos colocar na Prova Brasil Ciências já neste ano. Ainda não conta para o IDEB, mas vai entrar na sala de aula. Estamos entrando com o *kit*. Vamos entrar com o programa Quero Ser Cientista, Quero Ser Professor, vamos formar monitores e vamos colocar na Prova Brasil. Ciência é para valer, porque isso também vai ajudar a estimular e motivar esses profissionais.

Eu agradeço aos Deputados pelas intervenções que foram feitas. Agradeço também ao Deputado Costa pela intervenção, ao Deputado Newton também. Eu queria só terminar dizendo, Deputado Newton, que acho muito boa a ideia dos Conselhos Municipais da Juventude, vamos buscar articulá-los nesse esforço. São 970 mil estudantes fora da escola nessa faixa etária. Também temos que fazer o programa de aceleração daqueles 3,5 milhões.

Mas eu queria terminar agradecendo o Congresso pela votação dos *royalties*. Eu pelo menos estou nessa luta há mais de 8 anos. Eu acho que foi uma vitória extraordinária. No começo, eu me lembro, a gente só tinha apoio aqui na Comissão de Educação, mas, no Plenário, não dava nem para discutir, porque o pessoal não queria nenhum tipo de vinculação, os Prefeitos, os Governadores. Parecia que estávamos fadados à derrota. Nós tentamos dois projetos e não foi possível, mas eu acho que a mobilização da rua criou uma energia nova, permitiu ao Governo repautar os pactos e nós tivemos uma vitória extraordinária.

A Câmara votou pela urgência, ou seja, mais *royalties* logo; o Senado votou pela prudência, mais poupança. Vemos o cálculo dos *royalties* do Campo de Libra, que é o único que vamos ter, não a questão do pré-sal, que está tudo resolvido, os 50% dos *royalties* do pré-sal, 100% dos *royalties* do pós-sal, em terra. Isso tudo está resolvido. Agora, quando a gente olha os *royalties* da contrapartida em óleo, que só vai começar entrar daqui a 5 anos, a partir de 2019, e olha para os 35 anos de concessão do Campo de Libra, no projeto da Câmara, depois de 35 anos, nós chegamos com 368 bilhões de reais; no projeto do Senado, nós chegamos com 732 bilhões de reais, é o dobro.

Então, qual é o desafio agora? É combinar a urgência e a prudência. É começar com 50% do principal e, à medida que a produção cresça, a gente vai migrando para o rendimento do fundo, de tal forma que a gente garanta recursos,



porque tem uma urgência educação, mas preserve o máximo possível essa poupança para futuras gerações. Por quê? Porque uma criança que entra hoje na creche vai sair com 25 anos da universidade, a segunda geração são 50 anos. Para essa primeira geração, nós estamos usando os *royalties* e vamos usar o Fundo Social e a contrapartida em óleo. Para a próxima geração, não vai ter o petróleo, porque é uma energia não renovável, a melhor forma é a gente ter prudência e garantir para os nossos bisnetos, talvez para os nossos netos, uma parte dessa riqueza extraordinária.

Seguramente, as pessoas não enxergam isso, a própria imprensa não tratou essa questão com a importância histórica que ela tem. Mas não faz mal. A história vai reconhecer o extraordinário legado que essa decisão representou. Nós colocaremos bilhões e bilhões de reais nas salas de aula nas próximas décadas. Os *royalties* são um salto extraordinário, uma fonte mais segura, mais garantida e mais promissora de receita para o Estado brasileiro. Foi uma grande contribuição que esta legislatura deu à educação do Brasil.

Obrigado e bom trabalho. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero, mais uma vez, agradecer ao Ministro. Nós reconhecemos na sua liderança, na articulação também a aprovação dos *royalties*. Além de Ministro da Educação, um grande articulador político. Muito obrigado pela belíssima contribuição ao nosso trabalho.

Queria só aprovar algumas atas. Se os Deputados puderem permanecer por mais 5 minutos, vamos ainda, antes de encerrar, aprovar algumas atas.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que estão disponíveis cópias das atas das 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª reuniões ordinárias.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura das atas.

**A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI** - Eu peço que seja dispensada a leitura das atas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido da Deputada Iara Bernardi, está dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.



As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como estão.

*(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas.

Declaro encerrados os trabalhos e convoco reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min, no plenário a confirmar.

Muito obrigado e um bom fim de tarde a todos.